

tempo e

presença

publicação mensal do CEDI

número 155 novembro de 1979



Não está certo!

Aconteceu

*A igreja e os
partidos políticos*

Bíblia hoje

*Jesus de Nazaré:
Cristo ou Satã?*

Última página

*Pastores repudiam
violência policial*

Editorial

“Mas vem a hora em que todo o que vos matar julgará com isso tributar um culto a Deus” (Jô. 16, 2)



Quando Cristo adverte seus amigos do que sofrerão por causa do seu nome, Ele o faz numa dupla dimensão: é preciso saber; para que possam perseverar. O saber lucidamente aquilo que os espera, sem escamotear a dura opressão exercida pelo poder, lhes dá a garantia de que, perseverando na dor e na morte, terão a vitória e a coroa da VIDA.

Durante muitos anos estas estórias do Cristo ficaram reduzidas a frases milhares de vezes repetida: “naquele tempo disse Jesus”...

Hoje, no nosso cotidiano, esta advertência do Cristo se faz presente com toda a sua clareza: os poderosos mandam matar, e pactuam na morte de tantos que lutam pela justiça. E assim morreu Santo...

É sobre esta morte que queremos indagar de nossas vidas. Todos nós, pela fé, acreditamos na ressurreição dos mortos. E não é à-tôa que o apóstolo clama, desafiadoramente: “se os mortos não ressuscitam então Cristo não ressuscitou”. Certo que todos ressuscitam, mas é certo também que ressuscitam para o julgamento de Deus. E este julgamento de Deus está expresso no Evangelho do Cristo. Só é digno do Reino aquele que lutar pela Justiça e que perseverou na luta pela Justiça até a morte. É somente destes o Reino do Pai. A conquista deste Reino não depende das nossas vidas na sua intimidade e intenções. Pelo contrário, está implicada nas nossas atitudes sociais e políticas.

Enganaram-se durante anos. Reduziram a força do Evangelho a um espectro de belas almas bem intencionadas e, por isso mesmo, sem gana e sem força. Evadiram-nos numa esperança alienatória e omissa. O Evangelho tem seus critérios próprios que ultrapassam o nosso cotidiano limitado às nossas quatro paredes. “Se a vossa justiça não superar a dos fariseus...”

É nesta perspectiva que a morte de Santo nos coloca um ponto de interrogação. Seremos nós capazes até de morrer pela

justiça, denunciando a injustiça e de sermos perseguidos em nome da causa que abraçamos? Seremos nós capazes de tamanha fé a ponto de perseverarmos na luta pela justiça até que morramos de “morte morrida” ou de “morte matada”? Este é o critério do Evangelho que a morte de Santo nos revela. Não somos salvos para belos atos solitários e individualistas; mas para ações de justiça e pela justiça. E só e tão somente para isso.

Por isso a morte de Santo nos desafia: ela nos aponta para o central da fé cristã. Denunciar a injustiça até a morte, na esperança da Ressurreição. Fora disto, o resto é engodo e engano.

E Santo viveu denunciando o salário de fome de seus companheiros, a violência policial que os escorraçava na reivindicação dos seus direitos, as leis que os chamavam de subversivos e bandidos. E morreu por isso.

E o Cristo nos adverte disto para que nosso coração esteja tranqüilo no momento da dor e da morte.

Seremos dignos do Reino se perseverarmos na conquista de um mundo novo, passando pela dor, pela perseguição e mesmo pela morte imposta pelos que fazem e farão tudo para manter este mundo de dominação e morte.

Uma coisa é certa e segura: é necessária a experiência da proscrição. É necessário aceitarmos que seremos Caím diante dos homens que detêm o poder. Mas seremos, ao mesmo tempo, Abel diante do Deus de Jesus Cristo. Este é o segredo que conhece aquele que luta: seremos Caím diante dos dominadores e Abel, o justo, diante de Deus. E todo aquele, sem exceção, que for Abel diante dos poderosos e dos que mantêm esta situação de opressão será Caím diante de Deus.

E a vida e a morte de Santo nos revelam isto e nos apontam para a Ressurreição e para a Vida.

Afinal, a luta continua.

Santo viveu e continua vivo nela.

tempo e **presença**

CENTRO ECUMÊNICO
DE DOCUMENTAÇÃO E
INFORMAÇÃO – CEDI

Director:
Domício Pereira de Matos
Coordenador:
Paulo César Loureiro Botas
Planejamento Visual:
Claudio Cerveo
Arte:
Alvaro A. Ramos
Equipe Editorial:
Carlin Cunha, Claudio A. Nascimento, Virgílio Lourenço Jr.
Conselho Editorial:
Carmo Alberto Ricardo, Leticia Coutinho, Zucenildo Moita Dias, José Ricardo Pereira Ramalho, Carlos Rodrigues Brandão, Jethel Pereira Ramalho, Elvira Lopes, Henrique Pereira Junior e Carlos Mendes.

Composição e Foliado:
CIB - Rua do Senado, 200/202
Assinatura anual - R\$ 300,00
Revista em cheque pagável no Rio,
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Cavaco Postal 16.082 - 22241
RJ 100 - JARDIM - RJ
Publicação Mensal
Registro de acordo com
a Lei de Imprensa



Não está certo!

*“Há homens que lutam um dia e são bons,
há outros que lutam muitos dias e são melhores
há os que lutam anos e são excelentes
mas . . . há os que lutam toda a vida e estes são os
imprescindíveis.”*

Bertold Brecht

A GREVE DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO

Domingo, 28 de outubro de 79: Em assembléia, no cine Piratininga, na capital, cerca de 6 mil metalúrgicos decidem rejeitar a proposta patronal de aumentos escalonados de 57 a 66% e de piso salarial de Cr\$ 4.200,00; e entram em greve. Em Guarulhos, 2.500 metalúrgicos também se decidem pela greve. Em Osasco, em assembléia com 800 trabalhadores, a decisão foi adiada. Em São Paulo, a proposta de deflagração da greve é defendida por quase todos os oradores que representam os cinco comandos regionais — em que foi dividida a cidade — Norte, Sul, Leste, Oeste e Ipiranga. Nas três assembléias, as diretorias dos Sindicatos não defendem nenhuma proposta, afirmando que assumirão as decisões da categoria.

Ao ser informado sobre o resultado

das assembléias, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, diz: “Os empresários já pediram garantias para aqueles que desejarem trabalhar e esse direito será amplamente assegurado”. O ministro, afirma também que os dirigentes sindicais e não os trabalhadores em geral, é que estão empenhados em desencadear o movimento grevista, pois são contra a nova política salarial que entrará em vigor no próximo dia 1º. O ministro não levou em conta que a reivindicação de 83% de reajuste salarial veio através de pesquisas nas fábricas e nos comandos regionais. E o piso salarial de Cr\$ 7.200,00, o reconhecimento para as comissões de fábrica e eleições de delegados sindicais são reivindicações de greves anteriores. De fato a deflagração desta greve e de outras (a dos metalúrgicos de Curitiba, eletricitários do Recife e do Vale do São Francisco, etc.) no mo-

mento em que entra em cena a nova política salarial, a coloca em xeque, na medida em que não corresponde aos interesses dos trabalhadores, por não considerar a defasagem salarial dos últimos anos. Deste modo, a greve decretada, é decretada contra as péssimas condições de vida e de trabalho, condições que são mais uma vez reafirmadas no novo arrocho salarial que vai entrar em vigor.

Os metalúrgicos formam um Comando Geral de Greve, composto por 10 representantes de cada comando regional e pela diretoria. Logo após a assembléia, dirigem-se às sedes dos comandos regionais e iniciam a preparação de piquetes.

À noite o DOPS informa que sete metalúrgicos já haviam sido presos por estarem distribuindo panfletos conclamando à greve.

Segunda-feira, 29 de outubro de 1979: Em Osasco, a greve foi aprovada por uma assembléia com mais de mil metalúrgicos. São 130.000 metalúrgicos parados na capital, 37% da categoria. Os empresários do Grupo 14 da FIESP garantem porém que, incluindo Guarulhos, este número não ultrapassa 30 mil. Uma violenta intervenção da Polícia Militar na Zona Sul,

afeta sensivelmente o movimento grevista. A subsele do sindicato é invadida entre meia-noite e 2 horas da madrugada, sendo presos cerca de 120 metalúrgicos, muitos deles integrantes do Comando de Greve. Todas as faixas e panfletos conclamando os operários à greve são apreendidos. Muitas fábricas, concentradas na região, estão funcionando normalmente. Nas demais zonas da cidade os piquetes conseguem funcionar e a paralisação alcança índices de 50 a 70%, apesar do policiamento ostensivo nas portas das fábricas e nas proximidades dos locais onde estão instalados os comandos.

Em Guarulhos, membros da comissão organizadora calculam que cerca de 60 a 70% da categoria estejam paralisados. Segundo esses líderes, a oposição assumiu a campanha deste ano, embora com o apoio da atual diretoria do sindicato, por ter aberto espaços e canalizando o descontentamento dos trabalhadores.

Terça-feira, 30 de outubro de 1979: Às 14 horas, num piquete em frente à fábrica Sylvânia, em Santo Amaro, na Zona Sul da cidade, o operário Santo Dias da Silva é assassinado e mais dois operários são feridos, sendo um deles, mesmo assim, levado preso pela polícia. A bala que mata o metalúrgico é disparada à queimadura, a menos de 1 metro e 40 centímetros, por um miliciano da Rota 220. O operário após ser baleado, dá alguns passos e cai entre mais de 40 policiais e guardas de segurança da Sylvânia e cerca de 20 companheiros. O corpo, depois de ser autopsiado no IML, só foi liberado graças à atitude firme da esposa do operário, que enfrenta os policiais do DOPS os quais pretendem trancá-lo numa sala e impedir que seja levado para a Igreja da Consolação.

No 43º Distrito Policial, a morte de Santo Dias é registrada como causada por "resistência e agressão".

No Sindicato dos Metalúrgicos está sendo realizada uma reunião entre a diretoria do sindicato, membros da comissão de negociações e dos comandos regionais de greve. Os participantes informam que durante a reunião, alguns deles se manifestaram contra a continuidade da greve. Entretanto, a confirmação da morte do operário, por volta das 15 horas, provoca uma reviravolta: a greve seria mantida até o dia seguinte, quando se realizará uma nova assembleia geral, para um balanço do movimento e decisões sobre a aceitação ou não da proposta conciliatória feita

pelo Tribunal Regional do Trabalho, dos aumentos escalonados de 67 a 57%, aceitos por Osasco.

A assembleia geral é realizada na rua do Carmo, em frente à sede do Sindicato, com a participação de aproximadamente 3.000 operários, debaixo de um clima de tensão e emoção provocado pela notícia da morte do companheiro, e aprova, por aclamação, o prosseguimento da greve e nova assembleia.

Em decorrência ainda da repressão policial, 91 outros participantes de piquetes passam pelo DEOPS. Quatro religiosos estão entre os detidos: dois seminaristas e duas freiras.

Quarta-feira, 31 de outubro de 1979:

Às 11 horas da manhã o corpo de Santo Dias da Silva sai da Igreja da Consolação, vai para a Catedral da Sé, no coração da cidade de São Paulo e segue depois para o Cemitério de Campo Grande. O centro da capital pára. É a maior manifestação pública no país, nos últimos dez anos.

À tarde, no Estádio Municipal do Pacaembu, em assembleia que reuniu cerca de 4.000 operários, é decidida por esmagadora maioria a continuação da greve. O índice de paralisação apresentado pela FIESP é de no máximo 8% da categoria. De acordo com as informações dos comandos regionais, a situação na Zona Sul é de 40 a 55% de paralisação; na Zona Norte: 45 a 50%; Leste: 70%; Oeste: 50 a 70%; Sudeste: 50 a 60%. No subcomando da Mooca, a greve atinge 98% das principais fábricas.

A CNBB emite nota condenando a "inusitada repressão", a Comissão Nacional da Pastoral Operária e os movimentos Juventude Operária Católica e Ação Católica Operária do Brasil, divulgam no Rio, nota de protesto "veemente contra o sistema de repressão, maus tratos, prisões e morte praticados contra os metalúrgicos". A nota é dirigida aos ministros da Justiça e do Trabalho, ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e à Imprensa. A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e a Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo também divulgam nota de protesto:

"Nesta data, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo e a Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, reuniram-se para ouvir operários que testemunharam os acontecimentos que culminaram na morte, praticada por membros da Polícia Militar de São Paulo, do metalúrgico e líder da Oposição Sin-

dical, Santo Dias da Silva, membro da Pastoral Operária da Região Sul e de movimentos de bairros.

Na forma dos depoimentos tomados, os operários foram provocados pelos policiais militares, únicos responsáveis pelo acontecimento, pois se tratava de um movimento pacífico e praticamente terminado, quando se agravaram as violências, com espancamentos e prisões de companheiros.

Ficou também claro, por esses depoimentos, que os policiais militares fizeram disparos de arma de fogo contra trabalhadores desarmados, atingindo propositalmente Santo Dias da Silva, o qual, em consequência dos ferimentos recebidos, veio a falecer.

Todos os depoimentos assinalam que antes do tumulto final, os policiais militares ameaçaram de morte operários presentes.

As Comissões de Justiça e Paz de São Paulo e Pastoral dos Direitos Humanos protestam veementemente contra as arbitrariedades que envolvem o crime praticado, com o lamentável desfecho de ceifar uma vida humana.

Exigem que os fatos sejam apurados e punidos os responsáveis materiais e intelectuais do evento, porque acreditam que as autoridades policiais tiveram sempre em vista, no atual movimento dos metalúrgicos de São Paulo, impedir a livre e pacífica reivindicação de seus legítimos direitos, procurando sempre agir com violência".

Quinta-feira, 01 de novembro de 1979:

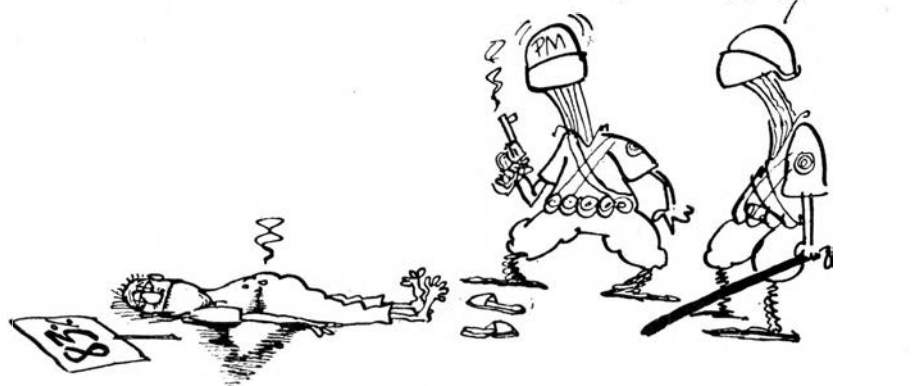
O Sindicato dos Metalúrgicos calcula que estejam paralisados entre 210 a 245 mil operários, 60 a 70% da categoria. Os empresários ligados ao Grupo 14 da FIESP reconhecem que houve aumento do número de operários paralisados, devido à ação de grandes piquetes na Zona Sul e à diminuição do policiamento ostensivo.

Um grupo de sindicatos divulga nota de protesto:

"Os signatários vêm a público manifestar o mais veemente repúdio contra a violência policial que, mais uma vez, se mostrou extremamente feroz na repressão aos grevistas de São Paulo e Guarulhos.

Os trabalhadores protestam contra a miséria e os baixos salários, produto da espoliação secular exercida sobre os pobres e agravada nestes últimos 15 anos de arrocho salarial. Portanto, perseguir, espancar e matar trabalhadores só agrava a situação.

HEINFIL
ORELHÃO



Os grevistas estão reivindicando pacificamente. Nem mesmo o Tribunal Regional do Trabalho declarou essa greve ilegal. Assim, as autoridades não podem reprimir sob pretexto de preservar a legalidade. O papel da polícia é o de proteger os que andam dentro da lei.

Sucede que nossa polícia já não merece confiança. Devidamente orientada e armada até os dentes, ela sai às ruas, prende, atropela, espanca e mata, violentando os direitos do ser humano e as leis vigentes.

Assim, conclamamos o governador do Estado e secretário da Segurança Pública

a cumprirem a lei. Parem de massacrar pais de família, pacíficos e ordeiros. Protejam o povo. Tirem as mãos dos trabalhadores. E a melhor maneira de fazê-lo é tirar da rua essa polícia arbitrária e violenta.

Exigimos respeito!

A nota é assinada pelos Sindicatos dos Metalúrgicos de Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, Osasco e São Caetano; dos Médicos, Jornalistas, Bancários e Trabalhadores no Couro e na Panificação de São Paulo; e dos Petroleiros de Santos e Campinas.

A Câmara Municipal de São Paulo sus-

FALA do Secretário de Segurança de São Paulo na Televisão a respeito da morte de Santo:

"... sabem como são estas coisas de piquetes, um grupinho de policiais desafiados por centenas de grevistas desordeiros... quem pode condenar excesso no exercício da legítima defesa? Em todo caso, ordeno a abertura de inquérito para apurar eventuais responsabilidades".

Depoimento de um operário, testemunha do crime:

"A gente estava com uns trinta companheiros no piquete da Sylvânia. Havia um Tático Móvel nas imediações. Fizemos então um cordão para falar com os operários que se aproximavam da entrada da fábrica. Foi quando os policiais daquele Tático-Móvel e de outros três que chegaram vieram em cima da gente fazendo provocação. Eles seguraram um companheiro, certamente com a intenção de identificar as lideranças, na me-

didada em que estas reagissem. Chegou ao ponto de sete operários serem ameaçados de prisão. Tínhamos uma idéia clara, a de não deixar ninguém ir preso, e isso a classe operária tem que ter em mente. A polícia ficou na nossa frente, tentando nos impedir de fazer o piquete. Partiram pra me pegar. Seguraram meus braços e tentaram me pôr numa roda. Os trabalhadores tentaram me defender libertando-me dos policiais. Corri, mas um policial conseguiu me derrubar, passando uma rasteira. Foi aí que Santo, um companheiro que mantinha sempre a calma, partiu em minha defesa. Um sargento gritou, sacando a arma: "Vem cá que eu mostro procês". E deu um tiro pra cima e outro pro chão. E, depois, à queima-roupa, atirou no lado esquerdo do corpo de Santo, bem embaixo do braço. Ele deu uns passos, com a mão no ferimento e caiu dando a impressão de que tinha morrido na hora".

pende sua sessão em homenagem a Santo Dias e várias entidades como "Nós Mulheres", "Centro Brasileiro da Mulher", a "Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo", etc. divulgam também nota de protesto pela morte do operário e repressão ao movimento grevista.

Domingo, 04 de novembro de 1979: Reunidos em assembléia, mais de 6 mil metalúrgicos decidem prosseguir com a greve, mantendo a reivindicação inicial de 83%. Durante a assembléia, um representante do Movimento Custo de Vida leu uma mensagem de Ana Maria do Carmo Silva, viúva do metalúrgico assassinado, que conclama os operários a "continuar a luta até o fim, até a vitória". Em Guarulhos cerca de 2.500 metalúrgicos comparecem à assembléia que delibera sobre a continuação da greve.

O Sindicato dos Metalúrgicos Alemães, a Federação Internacional dos Metalúrgicos, com sede em Genebra, e Sindicatos dos Estados Unidos, enviam telegrama ao Ministro Murilo Macedo protestando contra a intervenção policial que resultou na morte do operário Santo Dias da Silva.

Segunda-feira, 05 de novembro de 1979: De acordo com o Comando Geral de Greve, 280 mil metalúrgicos estão parados — 80% da categoria. A polícia se mantém à distância, sem intervir na atuação dos operários que realizam piquetes formados por 2 a 3 mil grevistas.

Às 14 horas, cerca de 5 mil operários realizam uma assembléia na Igreja Nossa Senhora do Socorro, onde está instalado o Comando Regional da Zona Sul e ouvem recomendações para que reforcem os piquetes e não se envolvam em brigas. Este comando alcança a maior concentração de metalúrgicos do país: perto de 100 mil, numa área reduzida, onde se situam os grandes monopólios estrangeiros e nacionais.

Segundo dados do comando da Zona Leste, 85 a 90% dos trabalhadores estão paralisados; na Zona Oeste: 80 a 90%, mas na Zona Norte, o comando grevista estima em apenas 30% a paralisação.

Em assembléia realizada em frente ao Sindicato, cerca de 8 a 10 mil grevistas decidem manter a paralisação.

Às 19 horas, umas sete mil pessoas comparecem à Catedral da Sé, onde é oficiada a missa de 7º dia do operário Santo Dias. Após a missa, há um ato cívico, do qual participam a esposa do operário, o representante da Oposição dos

Metalúrgicos de São Paulo, Fernando Velloso, D. Angélico Sândalo, bispo da Regional Leste, que celebra a missa e, entre outros, Luís Ignácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Terça-feira, 06 de novembro de 1979: De madrugada a Polícia Militar volta a entrar em ação munida de armaduras, blindagens, fuzís, bombas e carros de ataque, dissolvendo com fúria qualquer tipo de piquete ou simples aglomerado de operários. Às 7 horas da manhã, a Polícia tenta invadir a Igreja do Socorro, onde funciona o Comando Geral da Zona Sul, forçando a porta lateral. Mas só às 8 horas ela consegue consumir o ataque. Após lançar bombas de gás lacrimogêneo, arromba a porta, invade e depreda a Igreja

do Socorro. A casa paroquial, que fica ao lado, onde estão refugiados alguns operários, também é invadida e um operário perde um dedo ao tentar livrar-se de uma bomba jogada na cozinha no andar superior. Na invasão à Igreja, Frei José Rezende e mais 50 trabalhadores ficam feridos. Os policiais agredem também um repórter e um fotógrafo do jornal Folha de São Paulo, tirando-lhes suas anotações, filmes, fitas de gravação, documentos e as chaves do carro. Os trabalhadores ainda tentam defender-se, nas imediações do Largo do Socorro, atirando pedras nos policiais mas são facilmente dispersados. Expulsos dessa área, vão para a Igreja de Santo Amaro, no Largo 13 de Maio. Lá 700 operários ficam de 11 às 17 hs recebendo alimentação e socorros médicos. Na praça realizam um ato público.

D. Mauro Morelli, bispo auxiliar de São Paulo, que responde pela arquidiocese na ausência do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, vai até ao Largo 13 de Maio e fala aos operários, manifestando o apoio da Igreja à luta dos metalúrgicos e oferecendo os locais de que dispõe para as reuniões: "Enquanto houver uma Igreja em São Paulo vamos assegurar ao povo o direito de se reunir". "Se fecharem esta, abro outra Igreja na região".

Sete bispos-auxiliares reúnem-se na Cúria Diocesana com as Comissões Arquidiocesanas de Direitos Humanos e de Justiça e Paz. Os advogados das comissões vão para a Secretaria de Segurança Pública exigir que seja instaurado inquérito policial, D. Mauro responsabiliza "diretamente o governo de Paulo Maluf", acrescentando ainda que os acontecimentos

A luta que continua

Homília de D. Angélico S. Bernardino, na missa por Santo Dias da Silva

Irmãos,

Estamos aqui reunidos, num gesto de fé, esperança e amor para colocarmos nas mãos de Deus, a vida de nosso irmão e companheiro Santo Dias da Silva que, há sete dias, partiu, de nosso convívio, para a casa do Pai.

— O peito varado pela bala, ele tomou como Cristo, com o peito cortado pela lança do soldado.

A lança do soldado romano rasgou o corpo do carpinteiro Jesus de Nazaré cujos braços indefesos, pacíficos, estavam pregados na cruz.

A bala do soldado da Polícia Militar atingiu o corpo do metalúrgico, desarraigado, com fome e sede de justiça.

Tanto aquele soldado, quanto este, estavam bem perto de suas vítimas. Aquele representava os interesses de uma nação estrangeira opressora; este não representa os interesses de seu povo.

Sobre a vítima de então, como a de agora, partiam dos detentores do Poder, idênticas: suspeitas, acusações e mentiras: subversão, conspiração contra a lei, contra a ordem estabelecida.

Como Cristo derramou seu sangue para quebrar o egoísmo humano, para libertar o homem todo e todos os homens de todas as escravidões, assim o operário Santo, discípulo de Cristo, verteu seu sangue, na defesa da classe operária, vítima da exploração do egoísmo selvagem de poucos sobre multidões.

A exemplo de Cristo que venceu a morte, ressuscitando, estando vivo no meio de nós, também a classe operária, banhada em suor e sangue causados por tantas violências, irá alcançando a sua libertação, através da união e organização. Firmes nesta convicção, milhares de pessoas proclamaram, durante a caminhada que levou o corpo do operário assassinado por ruas de nossa cidade: "Companheiro Santo, você está presente!"

Santo Dias da Silva, trabalhador simples e forte, pacífico e humilde, torna-se símbolo da luta e resistência contra todas as formas de violência.

OPERÁRIO — Tinha clara visão de classe e de que a libertação não é, antes de tudo, assunto individual e sim, de todo um povo: Libertámo-nos unidos ou jamais nos libertaremos!

Compreendeu, com lucidez, que a luta de classes nasce, não da reação do operário contra a injustiça patronal e, sim, da própria estrutura da empresa que escraviza o trabalho ao capital.

Entendeu que optar pela classe trabalhadora, pelos oprimidos, pelos pobres, significa estar em luta contra a fábrica que fabrica o pobre, isto é, o sistema capitalista selvagem e dependente, responsável pela abastança de poucos privilegiados; pela venda do País a interesses de grupos estrangeiros, às custas da miséria de nosso povo.

Trabalhador consciente compreendeu que o operário nasce operário na fábrica, sendo aí que a mudança deve se operar. Mudança que se fará através da união e organização da classe trabalhadora e de todos quantos estiverem dispostos a criar a "civilização do amor" de que nos fala Puebla.

Daí seu fervor na luta sindical, onde sempre esteve do lado daqueles que se batem por sindicato livre das amarras do Ministério do Trabalho e de falsos líderes da própria classe; por sindicato com raízes profundas na fábrica, totalmente voltado à causa da justiça, da verdade, da fraternidade.

Lúcido, compreendeu que a luta do trabalhador pela fundamental organização sindical, não pode deixar de lado a organização do povo nos bairros, onde sofremos, em particular, as consequências da estrutura injusta da empresa e, em geral, as discriminações do sistema. Nós o vemos, então, ativo na participação de movimentos populares, na periferia da cidade.

Operário CRISTÃO — Participou ativamente da Pastoral Operária em nossa cidade e em âmbito do Estado de São Paulo, dando o melhor de si, para que a ação do militante cristão no movimento operário, fosse sempre iluminada pela força inspiradora do Evangelho.

Cristão no bairro, integrava com entusiasmo, comunidade eclesial de base, ligando sempre a fábrica e bairro e este com a fábrica, num contexto nacional.

“oneram moralmente o Ministro Murilo Macedo, do Trabalho”. E, em nome do Colégio de Bispos da Arquidiocese, faz apelo para que as “comunidades dêem sua contribuição, com apoio moral e concreto ao fundo de greve”. Os bispos emitem também a seguinte nota de protesto:

“Nós, Bispos da Arquidiocese de São Paulo, tomando conhecimento dos brutais acontecimentos ocorridos nesta manhã, protestamos veementemente contra a escalada da repressão aos operários em greve. A violência que já fizera uma vítima fatal, alastrou-se agora pelos vários pontos da cidade, chegando ao cúmulo de tomar de assalto a Igreja do Largo do Socorro, onde os operários se encontravam pacificamente reunidos. Se antes já se feria o direito de greve, agora feriu-se também o direito de livre reunião. Acima

de tudo, porém, o que mais se fere é a pessoa humana em sua integridade física e em sua dignidade de filho de Deus. O templo depredado é, assim, apenas o símbolo de uma depredação mais profunda e mais grave.

Queremos reafirmar que, respeitando plenamente a autonomia do movimento operário a Igreja em São Paulo continua solidária com a justa luta dos operários. Por isso as portas de nossas igrejas continuam abertas, sempre que os operários não dispuserem de local para suas reuniões.

Relembramos a todos que não se iludam com soluções violentas. A questão social não é uma questão policial. O que está em causa é a justiça e só o diálogo e respeito mútuo poderão encaminhar uma solução digna”.

No terno e simples aconchego familiar, tinha mãos dadas à sua querida Ana, os olhos voltados para os filhos e o coração aberto para a sorte de todas as famílias sofridas. Não somente ele, mas sua família, era militante operária das organizações populares, marcadamente do movimento “Custo de Vida”.

Esta vida de intensa e madura militância foi cortada pela bala assassina. No caso, um policial acionou o gatilho. Outros, porém, lhe armaram as mãos. Seus nomes não são muitos, estando todos em quadros do Governo mais explicitamente no Ministério falsamente chamado do Trabalho, pois é do capital, do Ministério da Justiça, na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, no comando da Polícia Militar. E, nisto, nada de novo: o poder dos exploradores é para oprimir o povo. No campo político, um único poder é legítimo: o poder do povo! E este continua sendo roubado ao povo brasileiro. Entre nós, o governo continua a serviço do sistema econômico, não do povo. Sistema responsável pela morte, a conta-gota, de multidões no Brasil. Morte de fome, de analfabetismo, de falta de terra para os que a terra trabalham. Morte de falta de liberdade. Morte de tortura. De violência. Morte responsável pela viuvez de milhares de Ana e de incontestáveis órfãos. Morte de operários presos como bandidos, quando lançam mãos à greve e aos piquetes de greve. Morte de milhares de menores simplesmente abandonados, torturados até pela polícia, como não

fosse já pesada em demasia a tortura de sua própria vida! Morte da marginalização, da não participação. Da ausência de fraternidade. Morte da exploração do homem pelo homem, em afronta à verdade fundamental que Jesus nos anuncia: Deus é nosso Pai. Somos, pois, todos irmãos!

Santo tombou como operário, como cristão. Sua luta, que é a nossa, continua. E, desta luta que é de um povo inteiro, os frutos de vitória começam a aparecer.

— O povo perdeu o medo da opressão e sai às ruas;

— Apesar de leis injustas e contra elas, o operário construtor deste País, vai cruzando os braços, parando máquinas para que, no silêncio pesado das máquinas inativas, sua voz possa ser ouvida;

— O tempo obscurantista das torturas em massa passou e embora raquítica, surgiu a anistia;

— Já voltamos a falar em reforma agrária e em tantas outras de base!

Estamos diante da verificação concreta, embora embrionária, daquilo que dizia o salmista:

“Quem vai, vai chorando a lançar suas sementes; ao voltar, voltará cantando, a colher seu trigo” (Ps. 125) :

Caminhamos confiantes na luta, porque acreditamos no homem, na vida, no amor, em Deus que é amor!

O egoísmo humano se defende matando;

O Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Otávio Gonzaga, fala que não houve invasão, endossando assim o relatório preparado pela Polícia Militar.

O Sindicato dos Metalúrgicos informa que vai processar o Secretário de Segurança e o Governador Paulo Maluf, como os responsáveis pela ação da Polícia Militar contra os trabalhadores na Igreja. A Assembléia Legislativa aprova a convocação do Secretário de Segurança para prestar esclarecimentos sobre os fatos.

O DOPS informou ainda que prendeu mais 25 grevistas na Igreja da Penha.

Segundo os dirigentes sindicais a adesão à greve em Guarulhos atinge 90%, mas na capital arrefeceu um pouco. À tarde, o Tribunal Regional do Trabalho decreta por unanimidade, a ilegalidade da greve

O amor, apesar de tudo, acredita que é mais forte que o ódio, que a própria morte;

O egoísmo do dinheiro, do Poder, tira a vida dos outros, colocando, inclusive policiais armados contra operários em greve e em piquetes de greve, o amor dá a vida para que outros tenham a vida.

A curto prazo, a violência parece eficiente. Na verdade, porém, é covarde e frágil, pois somente a justiça, verdade, fraternidade, constroem a paz. Este foi o exemplo que o Senhor Jesus nos deu e que Santo seguiu! Esta é a prece que vamos dirigir a Deus nesta hora:

“Que, num mundo de ódios e opressões, sejamos homens novos, capazes de construir a civilização do amor, não com a inutilidade da violência das armas e, sim, com a violência pacífica e imbatível da verdade, justiça e fraternidade. Que a inteligência, técnica, do homem estejam a serviço dos celeiros de trigo e não dos arsenais de guerra”.

Saibam os operários, nesta hora, estar com eles os homens de boa vontade, a Igreja que hoje, de maneira séria, se dá a trabalho de conversão, por se identificar cada vez mais, ao carpinteiro filho de Deus, Jesus de Nazaré, procurando ser servidora de todos os trabalhadores das pequenas e imensas Nazaré do mundo, em sua incontida e irreversível busca de total libertação.

Ajude-nos Deus, nosso Pai, nesta árdua caminhada, meus irmãos e companheiros!

dos metalúrgicos ao aceitar uma petição enviada pela Federação das Indústrias.

Quarta-feira, 07 de novembro de 1979:
Em assembléia, cerca de 3.000 operários decidem pela manutenção da greve. Segundo dados fornecidos pelo Comando Geral, cerca de 140 mil, 40% dos metalúrgicos, continuam paralisados. Já os diretores do Sindicato estimam que o índice caiu para apenas 20%. O forte esquema de policiamento mantido impede que os piquetes funcionem.

Quinta-feira, 08 de novembro de 1979:
Mil metalúrgicos que compareceram à assembléia, decidem suspender a greve em São Paulo. A proposta é apresentada pelo Comando Geral da Greve, que define um prazo de vinte dias, no qual os metalúrgicos tentarão negociar a não compensação dos dias parados e a não realizações de demissões. Uma nova assembléia é marcada para o dia 30. Pelo menos trinta metalúrgicos já demitidos procuram o sindicato. Acredita-se que a partir de segunda-feira, se começará a verificar maior número de demissões...

NÃO ESTÁ CERTO...

O corpo do operário Santo Dias é velado na Igreja da Consolação. Sobre o corpo, a bandeira do Sindicato dos Metalúrgicos.

Às 11 horas, D. Paulo Evaristo Arns realiza as exéquias, ao lado de vários concelebrantes ligados às Pastorais da Igreja. Em seguida, pede que sejam evitadas provocações e manifestações: "Todos, devem sair em silêncio. Silêncio de tristeza".

A Igreja está lotada. Fora, na rua, mais de 10 mil pessoas aguardam para uma caminhada pelo centro, até à Catedral da Sé. Nos ombros de um grupo de trabalhadores o caixão é levado lentamente pelas ruas da cidade. Parlamentares, dirigentes sindicais, membros do Comitê Brasileiro pela Anistia, padres, estudantes, donas de casa, formam com os operários a imensa multidão que acompanha o enterro, empunhando faixas que pedem a "punição dos responsáveis", "o fim da repressão". Durante todo o trajeto, são gritadas, em coro, palavras que traduzem toda uma imensa dor e revolta: "A Polícia dos Patrões matou um Operário", "A greve continua" e "Companheiro Santo, você está presente".

Dos prédios, chove papel picado. Por todo o percurso, uma caminhada de uma

hora, as lojas fecham as portas. Os 10 mil que deixaram a Igreja vão aos poucos se multiplicando: são mais de 30 mil ao penetrar na praça da Sé. O cortejo entra na Catedral debaixo de uma imensa salva de palmas.

Dentro da Igreja mais de 8 mil pessoas. Fora mais de 30 mil. A cerimônia de encomendação é aberta por D. Paulo, cantando a música "Caminhando" de Van-dré. Todos cantam.

O ato religioso conta com a presença de todos os bispos da diocese e do vice-presidente da CNBB, D. Clemente Isnard.

O Cardeal Arns inicia a celebração que o povo acompanha, lendo os textos que um grupo de padres da periferia escreveu e distribuiu, preparada para a comunhão dos trabalhadores neste momento de dor e reflexão:

*"Queremos, Senhor/ pedir que
em nossa vida continue a vida e a
luta de Santo
Eles nos exploram/ nós reivindicamos
eles roubam nossos salários/ nós
fazemos greves
eles nos silenciam/ nós ocupamos
as ruas
eles nos assassinam/ nós irrompemos
em multidão"*

Depois vem a Homilia, onde D. Paulo afirma: "Não está certo!"

"Ana, a esposa de nosso irmão vítima de violência, repetiu-me por diversas vezes, ontem à noite: "NÃO ESTÁ CERTO! NÃO ESTÁ CERTO!"

*Não Está Certo que morra o Operário,
na luta pela justiça.*

Não É Certo que a justiça deva morrer.

*Também Não É Certo, que o
não-violento seja morto pela violência.*

*Que a violência arme a mão de um
outro pobre, que deveria
beneficiar-se pela mesma luta e,
apesar disto, só por ser da polícia, tira
a vida de um irmão
e de um possível amigo.*

**NÃO ESTÁ CERTO
QUASE NADA ESTÁ CERTO,
ENTRE NÓS.**

*QUASE NADA ESTÁ CERTO,
quando milhões que constróem a
riqueza de uma cidade, apanham,
porque querem dar pão a seus filhos.
Pão.*

Só pão e paz.

**QUASE NADA ESTÁ CERTO,
nesta cidade, enquanto houver dois
pesos e duas medidas:
uma para o patrão,
outra para o operário".**

De novo nos ombros de companheiros, o corpo de Santo Dias, desce as escadas da Catedral, enquanto todos aplaudem. Na escadaria lotada um trabalhador empunha um megafone e dá a palavra a Lula. Falam também um membro da chapa 3 da oposição no sindicato de São Paulo, que avisa os trabalhadores da assembléia geral que será realizada no estádio do Pacaembu; e o metalúrgico Vitor, do Movimento Contra a Carestia.

O caixão é colocado no carro fúnebre, enquanto a multidão canta o Hino Nacional. Depois segue para o Cemitério de Campo Grande, em Santo Amaro.

QUEM ERA O OPERÁRIO SANTO DIAS?

Santo Dias da Silva tinha 37 anos, era natural de Terra Roxa, Paraná, morava em Vila Santa Tereza, na zona sul da capital de São Paulo. Casado, tinha dois filhos, de nove e onze anos. Era metalúrgico na Filtros Mann; era membro da Comissão Provincial de Pastoral Operária, da qual fazem parte sete dioceses de São Paulo; membro da oposição sindical metalúrgica de São Paulo; Coordenador da Comunidade de Base de Jardim Santa Margarida e um dos fundadores do Jornal dos Jornais. Sua mulher, Ana Maria do Carmo Silva, 36 anos, é uma das coordenadoras do Movimento Contra a Carestia.

Em 62, 63 e 64, Santo participou de greves em São Paulo. Mas só em 1968, com os reflexos da greve de Osasco e com a grande Manifestação Operária na Praça da Sé, no 1º de maio, foi que passou a pensar em uma participação ativa nas lutas dos operários. Aí entrou e ligou-se à oposição. Já em 68 fez um boletim chamando os moradores do lugar para uma assembléia operária em Santo Amaro. Ao mesmo tempo organizava grupos de teatro. A partir de 1971, a participação de Santo nas comunidades eclesiais de base de seu bairro, foi marcante, nas lutas que ali se desenvolveram. Participava também do Movimento Contra a Carestia que começava a surgir e estava presente na criação da Pastoral Operária em 73. Foi também um dos batalhadores na montagem da Oposição Metalúrgica de São Paulo, particularmente na zona sul.

Em 1975, disputou a vice-presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pela oposição, mas a falta de um bom trabalho de base para fazer a Oposição Sindical crescer, fez gorar a montagem da chapa.

Em 1978, a Oposição tentou outra vez, sendo derrotada pelas manobras da atual diretoria. Santo defendia a necessidade de um esforço concentrado na atuação junto às bases, raiz do crescimento das lutas, base de apoio para um sindicalismo conseqüente. Segundo o Jornal Movimento nº 227, poucos dias antes de morrer, Santo teria dito a um companheiro: "A gente não tem que desanimar. A luta é lenta e, se a gente trabalha firme e direito, ela cresce sempre. Hoje (primeiros momentos da greve) estamos bem fortes comparando com alguns poucos anos atrás. Mas ainda estamos fracos comparando com a força dos patrões, do governo. Mas esse começo me anima porque o que temos já é bastante pra ver que ninguém segura mais a classe operária, ninguém segura mais o processo de conscientização de classe operária".

E Santo é morto. A violenta repressão que o mata visa impedir e intimidar a caminhada da classe operária em sua luta pela democracia. Luta que se concretiza, no caso do operário Santo Dias, na Oposição Sindical, nas CEBs, na Pastoral Operária. Luta que conta com o apoio irrestrito e com a adesão total da Igreja. E é esta Igreja, esta Pastoral Operária, e a Oposição Sindical que a repressão institucionalizada tenta violentamente desbaratar. Por quê? De que lado tem estado a Igreja nos últimos anos? Como tem atuado a ponto de ter de presenciar a depredação de uma de suas "capelas" por policiais fortemente armados? O que propõe esta pastoral operária? O que é a oposição sindical? O que fazem para que o atual sistema político e econômico tenha necessidade de lutar tão ferozmente contra?

A IGREJA E A PASTORAL OPERÁRIA

O Concílio Vaticano II, encerrado em 1965, proclamava que "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias do homem de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo". E a II Assembléia Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, Colômbia, em 1968, explicitou, a partir da realidade latino-americana, como deveria ser esta identidade da Igreja com o povo, sobretudo com os mais pobres. A Teologia da Libertação indicava como ação da Igreja o combate às raízes do pecado encontradas na exploração de uma classe pela outra e

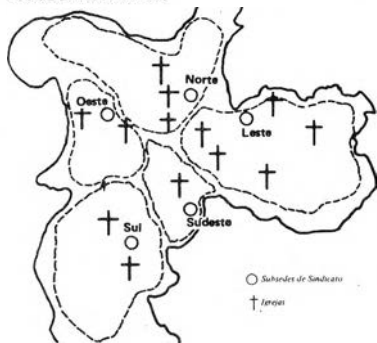
na dominação de um país pelo outro. As CEBs passaram a surgir e a se expandir pelo país todo.

Por outro lado, com o crescente autoritarismo do regime militar e a conseqüente obstrução dos canais de participação política dos últimos anos, a Igreja, fiel à sua opção, passou a ser o principal canal de acumulação de forças na luta pela democracia. Ela abriu espaço para a atuação dos grupos populares. O surgimento das pastorais populares, entre elas a pastoral operária, corresponde a situação dos últimos 14 anos em que não há um órgão realmente representativo do trabalhador.

No nosso nº 151 de "Tempo e Presença", dizíamos: "Durante o período que se seguiu às greves de Contagem e Osasco em 1968, o movimento operário sofreu dura repressão e entrou num dos períodos mais dramáticos de sua história. Nos anos de 69/73 se viu limitado a um trabalho da resistência, em que foram importantes o trabalho da Ação Católica Operária, da Juventude Operária Católica e das Comunidades Eclesiais de Base. Os primeiros por fazerem um trabalho nas fábricas e as CEBs por estarem implantadas nos bairros e nas vilas operárias".

Não foi por acaso que entre os primeiros militantes da oposição sindical, muitos eram oriundos da Ação Católica.

É neste intercruzamento de realidade popular e realidade Igreja, que se desenvolvem as lutas populares na cidade e no campo. O quadro abaixo, mesmo que restrito às greves dos metalúrgicos de São Paulo, mostra claramente tal intercruzamento e é revelador da ação conjunta das pastorais e dos movimentos de bairros. Se estendermos nossa visão à pastoral da favela, da terra e do índio veremos um quadro muito mais significativo desse intercruzamento.



A pastoral operária existe devido à própria realidade do mundo operário e das exigências evangélicas de transformação da sociedade. Ela se baseia na realidade da vida operária caracterizada pela falta de liberdade de organização e ex-

pressão, pela carência de liberdades sindicais e pela injustiça sócio-econômica. A pastoral operária luta contra esta situação. Seu campo de atuação é nas fábricas, nos sindicatos, nos bairros.

A Pastoral operária decorre também da realidade da Igreja, que incentiva os trabalhadores cristãos a assumirem um compromisso maior com as lutas dos oprimidos, incentivando-os a se engajarem na transformação social à luz do evangelho. Assim, a pastoral operária, não é um espaço a ser ocupado eventualmente, mas uma presença da Igreja no mundo operário que, ela em sua opção pelos trabalhadores, assume criticamente em sua luta de libertação, a partir de uma visão global da sociedade.

A OPOSIÇÃO SINDICAL

É um movimento formado por grupos de operários que lutam contra a realidade sindical e política do país. Este movimento foi tomando corpo em 1965 e sofreu avanços e recuos segundo a intensidade da repressão. A sua dinâmica está baseada nas comissões de fábrica.

Seu programa de ação é baseado nas quatro principais reivindicações dos trabalhadores, a saber:

- luta pela liberdade sindical frente ao Estado e autonomia política em relação aos partidos políticos;
- luta contra a política salarial do governo;
- luta pelo direito de greve;
- abolição do imposto sindical.

O sindicato, enquanto organização política dos trabalhadores, pelo qual a oposição sindical luta, diferente do atual sindicato vertical e atrelado ao Estado, tem as seguintes características:

- é um sindicato de base: a organização sindical deve ser implantada nos locais de trabalho através das comissões de fábrica;
- o sindicato é uma organização de massa: deve procurar organizar o conjunto dos trabalhadores;
- o sindicato é uma organização de classe: tem objetivos definidos e formas de luta próprias. Embora seu objetivo imediato seja a luta por melhores condições de vida e de trabalho, essa luta não se esgota aí, pois enquanto criação do movimento operário, seu papel é ser um instrumento político da classe.

Finalmente, a Oposição Sindical luta pela construção de uma Central Sindical,

partindo da base e não como fruto de decisões burocráticas, ditadas por cúpulas. Central Sindical que, enquanto organização de nível mais amplo, destina-se a reunir todos os sindicatos, para coordenar e organizar, em ações gerais, a luta dos operários.

A VIOLÊNCIA

O assassinato do metalúrgico Santo Dias, a invasão à Igreja do Socorro, as prisões e espancamentos de outros operários não são manifestações isoladas da repressão e violência que andam soltas pelo País nos últimos anos. É a mesma violência que age contra colonos e posseiros, destruindo-lhes suas plantações, espancando-os, assassinando-os. Temos nos recentes acontecimentos do sul do Pará — Marabá e Conceição do Araguaia — exemplos marcantes de sua presença.

Em Minas, em Belo Horizonte, durante a greve dos trabalhadores na construção civil, Orocílio Martins Gonçalves, tratadista de 24 anos, foi morto pela polícia, e, em Divinópolis, Benedito Gonçalves, operário de 60 anos, também foi assassinado pela polícia durante a greve dos metalúrgicos. Os exemplos se multiplicam. Resta-nos indagar por que a Instituição Policial que tem a função de proteger os cidadãos, prestando um serviço à coletividade, reprime e age tão violentamente contra os interesses do povo?

A resposta a esta pergunta já foi dada por especialistas no assunto que dizem que a “violência policial é uma decorrência do regime de arbítrio em que nos encontramos (...) Ela só vive enquanto respaldada pelas cúpulas governamentais” (Hélio Bicudo, em Movimento nº 179). Assim é que desde 1964 a Polícia Militar funciona como instrumento de repressão totalmente controlado pelo Exército, sendo levada a exercer tarefas que estavam fora de sua função principal, passando a atuar na repressão dos chamados “crimes contra a segurança nacional”, e entre estes, estão incluídas as passeatas e as greves... Sendo assim, a violenta repressão que vemos hoje em dia é legitimada pelo próprio regime político em nome da “segurança nacional”, da “paz” e da “ordem social”. Tanto é que, no caso da greve dos metalúrgicos de São Paulo, a ordem para reprimir foi dada de Brasília, pelo Ministro do Trabalho.

Desta forma o policial que disparou contra Santo Dias, Orocílio Martins e Benedito Gonçalves é apenas um instrumen-

to do sistema. A morte deles não se limita a um ato com dois atores: o operário e o policial que disparou a arma.

Santo Dias, morto num piquete, representava a luta dos trabalhadores brasileiros por melhores condições de vida e pelo direito de greve. Direito este, cerceado pela Legislação Trabalhista e praticamente extinto pela Lei 4.330 de 1964 e pelo Decreto-lei 1.632 de agosto de 1978, que amplia as atividades onde não pode haver greves, por serem consideradas de interesse da segurança nacional.

Nesta CLT, promulgada por Getúlio Vargas em 1943, que faz dos sindicatos uma organização atrelada ao Estado através do Ministério do Trabalho, se encontra o germen da violência que atinge o movimento operário-sindical; mais precisamente em sua primeira e mais importante restrição ao direito de greve, que permite aos patrões convocar a polícia militar para reprimir os piquetes. Esta CLT é o AI-5 do trabalhador. É o braço direito do arrocho salarial, ao vetar o direito de greve.

Neste momento de “abertura política”, em que o movimento operário amplia suas lutas pelas liberdades sindicais, e tendo em conta que esta CLT sobrevive há mais de 40 anos, inclusive passando intacta pela “redemocratização” de 1946, é de fundamental importância alertar no sentido de que o governo pretende enviar ao Congresso um novo projeto da CLT, que não traz mudanças essenciais.

Neste sentido, os trabalhadores estão lutando pela aprovação de um Código Nacional do Trabalhador e pela eliminação do artigo nº 5 da CLT, que lhes garantirá as liberdades sindicais, já que enquanto existir esta camisa de força da classe operária, a estrutura sindical continuará atrelada ao Estado, e, como afirmou Lula: “Santo não é o primeiro nem será o último”.

Estas palavras do líder sindical remetem-nos aos idos de 1917. Em 9 de junho, daquele ano, começa uma greve numa fábrica têxtil de São Paulo, que logo se amplia a outras indústrias. No dia 9, os piquetes grevistas deslocam-se para a fábrica têxtil Mariângela, no Brás. À porta da fábrica arma-se um conflito. Uma tropa da Força Pública, formada por 30 cavalariões e 50 soldados armados de rifles, avança sobre os operários a tiros. Atingido por uma bala no estômago, morre o sapateiro Antonio Martinez e a greve se amplia em solidariedade ao operário assassinado.

O enterro de A. Martinez é acompanhado por cerca de 10.000 pessoas. O cortejo sai do Brás em direção ao cemitério do Araçá na manhã de 11 de junho. Nos 3 dias seguintes após o enterro, a greve torna-se total. Como vemos, ainda hoje a “questão social é uma questão policial”.

9 de junho de 1917 — 20 de outubro de 1979: Antonio Martinez-Santo Dias: militantes de um movimento operário que nestes 62 anos, como diz o profeta Paulo, está “ferido mas não derrotado, às vezes confuso mas nunca desesperado”. Sobre ele, com certeza “não prevalecerão as portas do inferno”.

A LUTA CONTINUA

É dentro deste contexto da luta operária que entendemos a morte do operário Santo Dias. Contexto também revelador da presença de uma Igreja na realidade operária e da realidade Igreja na luta popular. Santo Dias é um dos muitos exemplos desta encarnação da Igreja na luta popular, verdadeiro espaço onde esta Igreja Nova exerce sua Diaconia.

A violência do sistema que vitimou Santo Dias da Silva mais uma vez corrobora o que foi expresso no documento dos líderes sindicais combativos, quando da greve dos bancários gaúchos e da prisão do líder Olívio Dutra: “O arbítrio funcionou mais uma vez... A mão estendida transmuda-se em braço armado... Já sabemos: A democracia que se apregoa é só para as elites... Para a classe trabalhadora fica reservado, como sempre, o ostracismo, se ela quiser ficar calada; ou a cadeia, se ela se quiser libertar. O regime não abre mão da espoliação da classe trabalhadora, fonte de seus privilégios e instrumento para concentrar riqueza nacional nas mãos de uns poucos”. (Jornal da República nº 13)

A esta situação também dizemos: NÃO ESTÁ CERTO! E mais uma vez, citando este documento, afirmamos: “Somos iluminados por uma esperança eterna e por uma tenacidade sem limites”. A luta continua. Companheiro Santo, você está presente!

NOTA: As informações desta matéria foram baseadas nos jornais: Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Jornal da República, Estado de São Paulo; e nos semanários: Movimento, Em Tempo, O São Paulo e Revista Isto É, todos do período de 28.10 a 12.11.79. Maiores informações sobre a Oposição Sindical podem ser encontradas em “Cadernos do CEAS” nº 63, setembro/outubro de 1979, Salvador-Bahia.

As Igrejas e o momento político

Depoimentos

*Depoimento de
D. Paulo Ayres de Matos,
Bispo Metodista*

Eu creio que a gente deve entender a reforma partidária dentro de um quadro maior que é a manutenção do regime político estabelecido a partir do golpe de 1964 e de forma mais clara e definida, a partir de dezembro de 1968. Apesar do ato institucional 5 ter desaparecido, os instrumentos surgidos com o regime de arbítrio continuam incólumes. Por exemplo, a lei de Segurança Nacional, os aparatos de repressão continuam também intactos e uma série de outras instituições e legislações filhas do arbítrio. Ora, a reformulação partidária se faz dentro de um quadro que, como já disse alguém, tudo muda para não mudar nada. As coisas continuam como antes em sua essência e nas suas características básicas. A reorganização partidária neste quadro, é portanto um dos elementos e um dos instrumentos através dos quais o sistema procura preservar a si mesmo e garantir a sua sobrevivência sem que o povo tenha condições de participar livre e soberanamente na reorganização da sociedade brasileira de forma democrática. Eu diria que todo processo de abertura política que está sendo feito a partir de iniciativas tomadas pelos detentores do poder se faz para se reordenar a sociedade dentro de um quadro imutável. Parece-me, ainda mais, que esta estratégia montada pelo sistema se enquadra muito bem dentro do programa político elaborado pelos participantes da Comissão Trilateral. Nesta Comissão procura-se estabelecer, nos países de regime autoritário, uma democracia relativa através de um processo lento e gradual em que as instituições democráticas existam só no seu aspecto formal. Desta forma parece-me que a atual reforma partidária que está sendo levada a cabo no Brasil é parte deste jogo que visa, acima de tudo, iludir e mascarar a verdade maior da situação política brasileira: a permanência da ditadura.



A situação dos movimentos populares dentro deste quadro corre o risco de duas coisas. A primeira é deixar-se envolver pela manobra escapista com que o governo pretende iludir o povo brasileiro velando a ditadura existente. E o outro perigo é não levar devidamente em consideração as possibilidades que a reforma partidária cria para o fortalecimento das organizações populares. O fato de que o governo e um grupo envolvido com a reforma partidária tenha uma posição verticalista em relação ao processo político não deve de forma alguma impedir as organizações populares de tentarem, dentro deste quadro, fortalecerem-se o máximo possível a fim de que se possa atingir aquilo que é central em toda a reorganização da vida política brasileira: a derrubada da ditadura. Por isso creio que neste momento é necessário que todos os setores democráticos, inclusive os setores populares, se mantenham unidos e coesos no combate pela derrubada da ditadura.

Em relação à legalização do Partido Comunista pessoalmente eu creio que ela é uma exigência histórica. Não adianta darmos uma de avestruz e quisermos ignorar a existência do PC. O Partido Comunista existe e está aí com todo o seu aparato e com toda a sua capacidade de organização, e, portanto não levar a sério esta parcela política da vida nacional creio que é uma grande estupidez. Com uma legalização do PC os seus adeptos poderiam participar livre e abertamente do jogo político brasileiro. Apresentar o seu programa, a sua proposta e ser um dos interlocutores da reorganização da sociedade brasileira. Isto não significa uma opção pelo Partido Comunista. Significa reconhecer o direito que os comunistas têm de participar da vida política brasileira. O que vai dizer se os comunistas estão certos ou errados será a prática que vão desenvolver. E o povo terá condições de julgar se as propostas estão certas ou erradas. Se atendem aos interesses maio-

Depoimentos

res dos brasileiros e especialmente das classes trabalhadoras ou não. Com isto eu creio que nós acabaremos definitivamente com este fantasma que tem produzido a indústria do anticomunismo e que alcança as raias da irracionalidade.

Como cristão penso e tenho que defender o direito de todos aqueles que fazem parte de uma sociedade de se organizarem politicamente da forma que melhor lhes convier.

A Igreja Metodista como instituição eclesial não tem tido condições para se definir sobre a questão da reforma partidária e das organizações populares. Tem havido por parte de muitos grupos da Igreja um apelo aos bispos metodistas para que emitam um pronunciamento sobre a situação nacional. Entretanto eu creio que isto não tem sido possível por-

que apesar da Igreja Metodista ter-se preocupado com a evolução do processo social brasileiro, esta questão específica da reforma partidária nos colheu de surpresa. Não porque fosse inesperada mas porque não temos o conhecimento preciso do quadro amplo em que se discute a questão da reorganização política da sociedade brasileira. Eu diria que o que a Igreja Metodista possui como posição é a afirmação contida no seu Credo Social de que, somente quando o povo tiver a liberdade para escolher o governo que quer através de canais adequados para uma ação política consciente, livre e democrática, é que realmente haverá um exercício pleno da cidadania.

Enquanto isto não acontecer todo o resto ficará comprometido. Além disso a Igreja Metodista defende que os setores

da sociedade devem gozar de ampla liberdade a fim de expressar suas convicções políticas de tal sorte que o debate nacional não seja privilégio de poucos mas seja compartilhado por todos. Porque somente assim aqueles que exercem o poder poderão ser responsáveis perante o povo que os escolheu. Se não for assim o povo ficará sempre numa posição de tutelado, de alguém menor de idade que não tem capacidade de decidir por si próprio e para si próprio. O que precisa portanto existir em nosso país, de acordo com a declaração da Igreja Metodista, é a possibilidade do povo organizar-se livremente e do povo escolher os seus governantes e com eles estabelecer uma relação dinâmica de responsabilidade e compromisso com as causas básicas e fundamentais da vida do povo brasileiro.

*Depoimento de D. Pedro
Casaldáliga, bispo de
São Félix do Araguaia*

Estou plenamente de acordo com a legalização do PC. Não se poderia falar sequer em intento de democracia — que não seja tão relativa que acabe em piada — se não se inclui nessa democracia ensaiada à legalização de um partido que já é legal e atua pacificamente em tantos países democráticos. Seria bom que lembrássemos que estamos em 1979. E que assim como a Igreja, por um lado, vem fazendo o “mea culpa” de tantas aberrações históricas — que ela própria cometeu, não evidentemente por ser a Igreja de Jesus Cristo, mas por trair o Evangelho — assim também o comunismo mais lúcido reconhece honestamente as aberrações que em nome do marxismo se tem cometido. Nenhum comunista lúcido canonizaria Stálin. Os próprios veteranos comunistas espanhóis reconhecem os erros e crimes que se cometeram na Espanha por parte de alguns, em nome do comunismo.

Lembro-me, mais uma vez, que marxismo não é sinônimo de comunismo. Parece-me não somente possível como necessário o diálogo e o trabalho de todos os cristãos honestos com todos os marxistas honestos: em ordem a essa igualdade de participação na história, na vida, que uns e outros pretendem, seja em nome da fé

e/ou em nome da ciência política e da história.

O diálogo e o dogma

Condição indispensável para este trabalho conjunto é que nem uns nem outros sejam fanáticos. Os marxistas não pretendem impor o “dogma” do ateísmo. Os cristãos não pretendam impor a fé que é um dom gratuito de Deus. Nem uns nem outros se joguem no trabalho com o povo com segundas intenções proselitistas de angariar adeptos. A própria evangelização nunca é proselitismo, é um apelo e um testemunho por parte do evangelizador, uma resposta livre, por parte do evangelizado, e, por parte de Deus, a graça.

Porque não sou comunista — mas não sou fanaticamente anticomunista a priori — e porque tento ser cristão, com a graça de Deus, posso falar com esta liberdade.

Quero insistir num aspecto: esse diálogo e esse trabalho devem dar-se na prática da vida, na movimentação popular, nas reivindicações básicas dos direitos do povo e de cada pessoa humana, aqui e agora.

O reino de Deus que se plenificará além da morte e da história, deve-se realizar no tempo, na Terra. Só aqui na Terra temos a liberdade e a graça para contribuir cada um de nós e comunitariamente na constituição desse reino de justiça e de fraternidade que o Pai quer. Aquela pleni-



ficação “do lado de lá” será toda ela graça sua.

Direito à vida

Infelizmente, a nossa fé, de cristãos é pouco apaixonada e acaba sendo mais intelectualizada do que vivida. Não evangelizamos, discutimos. Da parte dos marxistas, comete-se muitas vezes o mesmo pecado. Todo sectarismo desumaniza. Todo fanatismo é anti-histórico. O senhor Jesus, segundo já anunciou, vai julgar nossa capacidade de diálogo e de trabalho

Depoimentos

conjunto, com outros parâmetros, bem a nível de praxis viva: “tive fome... não tinha terra... era marginalizado... ten-

tava sobreviver com salário mínimo... não podia falar com liberdade... negavam-me o direito à esperança...” e por

aquele parâmetro último supremo — também por critério do próprio Jesus: dar a vida por aqueles que dizemos amar.

*Depoimento de
D. Tomás Balduino,
bispo da diocese de Goiás,
e vice-presidente do Conselho
Indigenista Missionário*

Evidente que esta é a posição mais coerente (o apoio à legalização) da Igreja na busca de novos caminhos, para aprofundar um debate que não é exclusivo de ninguém, sobre a nossa sociedade e o projeto político. É preciso abrir ao máximo e não fechar. Trata-se da questão da participação — proclamada pela própria Igreja.

É preciso distinguir entre legalização do partido e opção pelo comunismo. Muitos da Igreja se equivocam aí: se se deve permitir a atuação legal do PC e se isso implicaria automaticamente em mudança para o sistema proposto pelo PC. Posso concordar com a presença dos membros do PC na discussão sobre a construção de uma nova sociedade, a superação dos impasses que estamos vivendo — todos devem ser convidados para esta discussão, e o partido é o instrumento para isso — mas isso não implica necessariamente aceitar o sistema proposto por eles, ou pelos mais ortodoxos do partido. Uma coisa não se confunde com a outra.

A legalização talvez trouxesse os comunistas às suas devidas dimensões. Eles deixariam de ser um mito e apareceriam em sua realidade histórica.

Os dois anos de legalização do PC no Brasil mostram que ele não atentou contra a legalidade e provam que o que existe, hoje, é uma imagem preconcebida contra os comunistas.

Aceitar o pluralismo é sinal de maioria e maturidade. A condenação é legalização do PC e a restrição à sua reorganização me cheiram a tutela sobre o povo. O governo acha que o povo é “menor” para o embate com propostas diferentes de vida política e projetos políticos diferentes. A esse respeito, Portugal e Espanha — que não são menos católicos que o Brasil — podem ser um exemplo. E, ao que me parece, a Igreja de lá não criou tantos problemas com a legalização do PC.

Não morro de amores pelo PC. Pessoal-

mente, questionaria fortemente as posições adotadas por suas diferentes subdivisões: tanto o oportunismo de uns quanto a violência radical de outros. Mas, tratando-se da legalização de partidos, a questão deve ser vista com critérios objetivos, e os argumentos que eu tenho ouvido até agora contra essa legalização excluíam o próprio funcionamento da Arena, agremiação partidária que, durante os últimos 13 anos, favoreceu em tudo e por tudo um sistema autocrático e divorciado do povo.

Confiar no Evangelho

Creio que hoje é inevitável o encontro do cristianismo com o marxismo, porque nós, cristãos, procuramos hoje uma sociedade construída com os pobres e pelos pobres. Nessa luta é que encontramos o marxismo, com seus diferentes grupos — independentemente de um juízo de valor sobre eles. Esse encontro se dá no mundo marginalizado, e o confronto que aparece entre o marxismo e o cristianismo não é “de livro a livro”, mas no campo das opções práticas. É claro que esse encontro deve ser inteligente. A solução, nesse caso, não é termos um projeto histórico inspirado no cristianismo, mas entrar em diálogo rico e fecundo com os outros que caminham nesse rumo, inclusive marxistas. Se insistirmos em buscar um projeto alternativo, carimbado como “cristão”, estaremos apenas expressando nosso medo e falta de confiança no Evangelho. Revelaremos o temor de não poder dialogar com crítica e clareza.

Essa crítica aos dogmatismos, aliás, se encontra também entre os marxistas, muitos dos quais estão recuperando o pensamento genuíno de Marx. Em Marx não há nenhuma afirmação sobre materialismo metafísico. Ele coloca o materialismo como produção. A extrapolação para a metafísica é que enseja o confronto.

A crítica de Marx é dirigida à função social da religião. Em princípio, portanto, a discussão dentro do ambiente marxista é prática. Não se trata de provar ou negar a existência de Deus.

Por isso, é falso estabelecermos a con-



tradição entre o cristianismo e o marxismo. A verdadeira contradição está entre o capitalismo e o socialismo. E é nessa contradição que se situa o problema do cristianismo.

Antigamente os cristãos que descobriam o marxismo tinham que se afastar da Igreja. Hoje, vemos marxistas engajados na prática de luta junto do povo, se aproximarem da Igreja, porque descobrem a mensagem de libertação do Evangelho.

À falsa contradição

A aproximação entre os cristãos e marxistas não se deu a partir de princípios teóricos, mas a partir da praxis de uns e de outros, no fechamento, radicalização, visão fechada da realidade e do mundo, numa atitude integrista, de parte a parte.

O que a Igreja descobre nesta prática não é apenas um diálogo com os marxistas ou os não marxistas. Ela descobre, antes de tudo, a pérola escondida de que fala o Evangelho, e que é o povo. Descobre o próprio Evangelho que esse povo vive humilde e escondidamente até as últimas consequências. Nessa descoberta, a Igreja se viu chamada à conversão. Se viu frente a seu modelo, Jesus Cristo, identificado nos pobres, que não são indivíduos, mas massas, como disse o teólogo francês Chênu. De mais a mais, a Igreja entende que seu próximo são essas massas marginalizadas.

Aconteceu

CARDEAL DO CHILE VISITA O CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS

O cardeal Silva Henriquez, arcebispo de Santiago do Chile, esteve em visita oficial no CMI convidado por Philippe Potter. Antes esteve na Bélgica a convite dos sindicatos cristãos belgas e em seguida em Roma com mais de 20 bispos chilenos para um relatório sobre a ação da Igreja no Chile. Em seguida foi a Viena para receber o Prêmio para a Defesa dos Direitos Humanos da Fundação Bruno Kreisky.

O cardeal do Chile é conhecido pela ação do Vicariato da Solidariedade criado em janeiro de 1976 após a dissolução pelo general Pinochet, ditador chileno, do Comitê Ecumênico para a Paz.

A ação do Vicariato atinge vários setores numa luta permanente em defesa dos Direitos do Homem. O Vicariato organizou cantinas populares e centros médicos.

No dia 10 de dezembro de 1978 o cardeal recebeu o prêmio dos Direitos do Homem das Nações Unidas.

CELPE EM GREVE

No dia 29 de outubro, embora ameaçados de demissão, os funcionários da CELPE (Companhia de Eletricidade de Pernambuco) entraram em greve por melhores salários. Reivindicavam de 77,6% a 91,6% de aumento, enquanto a Empresa insistia em não negociar acima dos 50% oficialmente admitidos.

Foram demitidos 5 funcionários da Comissão de Negociações, funcionários estes com 6 anos, 11 anos e 23 anos de casa.

Após as demissões, os grevistas decidiram manter o movimento e não retornar ao trabalho sem que os companheiros fossem readmitidos.

Após 15 dias de greve e sob fortes pressões, os funcionários aceitaram acordo com a Empresa que oferecia 75% de aumento; piso de 5 mil e 76; abono das faltas e a admissão dos demitidos em outras Empresas do Estado.

CARTA AO POVO DE DEUS

Os bispos e representantes da Igreja do Pará e do Amapá, reunidos em Belém, escreveram uma carta onde redefinem suas opções pastorais. Afirmam que, em primeiro lugar, ouviram a voz do Povo que "veio trazer o clamor dos sofrimentos e os gritos de dor pedindo justiça". E citam as causas destes gritos:

"Muitos camponeses foram expulsos ou estão sendo ameaçados de perderem a sua terra porque são perseguidos pelos grileiros e pistoleiros mandados pelos patrões e as grandes firmas. O salário dos empregados continua minguado enquanto a carestia sobe sem freio. Cresce a agonia do povo dos subúrbios das cidades porque não tem onde morar, não tem água, escola, hospitais, não tem a menor condição de viver como gente. Enquanto o povo sofre e trabalha, os grandes aumen-

tam as suas terras, os seus lucros e o seu luxo. A polícia em alguns lugares age para calar o povo que começa a se organizar e começa a protestar contra as injustiças".

Concluem que seu trabalho é anunciar a Boa-Nova de Jesus Cristo mas uma Boa-Nova anunciada dentro da situação que o povo está vivendo. E reafirmam: "Decidimos ficar do lado dos pobres que é a maioria do nosso povo e é por isso que aceitamos o compromisso de:

1. Incentivar e apoiar a luta dos camponeses para ficarem na terra em que trabalham e moram. Mais que isso queremos junto com os camponeses, que seja feita a reforma agrária, imediatamente, para que a terra fique nas mãos daqueles que produzem os alimentos para todos.

2. Incentivar e apoiar as organizações legítimas dos trabalhadores em busca dos seus interesses comuns: água, luz, terra, salário, maior participação nas decisões políticas."

ATO PÚBLICO CONTRA VIOLÊNCIA REUNE 8 MIL LAVRADORES NO SUL DO PARÁ

Xinguara, um distrito de Conceição do Araguaia, Sul do Pará, onde milhares de posseiros estão sofrendo a mais dura repressão por parte de jagunços e grileiros que querem expulsá-los, realizou, no dia 21 de outubro, um ato público organizado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) pela Prelazia de Conceição do Araguaia e outras entidades que reuniu cerca de 8 mil lavradores para protestar contra a violência a que são submetidos.

As denúncias de arbitrariedades cometidas contra os posseiros, naquela região, são frequentes, e a última delas, feita poucos dias antes do ato público, mostra até onde vão os grileiros em sua luta para expulsar os lavradores: os posseiros Antenor Moreira, Antônio Costa e Manoel Conceição foram espancados e violentados por jagunços de um grileiro — o ban-

queiro paulista Flávio de Almeida Pinho — auxiliados por soldados da PM. O banqueiro paulista alega ter mais de 50 mil hectares nessa área e, com uma ordem do juiz de Conceição do Araguaia contra seis lavradores, está tentando expulsar as 400 famílias que vivem na gleba chamada "Tupacireta".

Um levantamento realizado pela CPT revela que há mais de 60 conflitos entre posseiros e grileiros na região de Conceição do Araguaia. E o interesse dos grileiros na área é determinado pelo fato da região ser rica em mogno, madeira cujo metro cúbico já ultrapassou o preço de 1400 dólares.

A concentração de terras em mãos de poucos proprietários vem se acentuando, segundo dados do IBGE, na região Sul do Pará.

A população de Conceição do Araguaia passa de 30 mil habitantes em 1970 para 150 mil hoje, e 70% dos moradores estão aí a procura de terra (76% da área ocupada de Conceição do Araguaia pertencem a 67 fazendas que representam apenas 3% dos imóveis).

POPULAÇÃO SE MANIFESTA REPUDIANDO ATO DE VIOLÊNCIA CONTRA D. ADRIANO, EM NOVA IGUAÇU

A Catedral de Santo Antonio do Jacutinga, em Nova Iguaçu, e uma igreja do Bairro da Prata, no mesmo município da Baixada Fluminense, amanhecaram no dia 9 de novembro repletas de frases ofensivas ao bispo Dom Adriano Hipólito, que foi taxado de "comunista" e de "pederasta", e com outras palavras de baixo calão. O pichamento, com "spray" vermelho, ocorreu de madrugada e uma testemunha disse que seus atores foram quatro homens armados, que mataram um cão pastor alemão, que os atacou no portão da Igreja de Santo Antonio, no Bairro da Prata.

D. Adriano, em declaração oficial, afirma que o atentado foi feito pelo mesmo grupo direitista que o seqüestrou em 1976, pois "escreveram as mesmas palavras com que tentaram me humilhar no caminho de Nova Iguaçu para Jacutinga".

Entre as várias manifestações de solidariedade, se fizeram presentes, as associações de bairros, sindicatos, e grupos religiosos, incluindo a pastoral operária, e de comunidades de base não só de Nova Iguaçu, mas também do Rio de Janeiro, Volta Redonda e Angra dos Reis, através de cartas e abaixo-assinados.

No dia 19, depois de uma celebração na Catedral de Santo Antonio de Jacutinga, os participantes saíram caminhando silenciosamente pela Avenida Marechal Floriano Peixoto, em sinal de protesto.

A Comissão Justiça e Paz de Nova Iguaçu, em carta encaminhada ao Ministro da Justiça, denunciando esse e outros fatos de violência que comumente ocorrem na Baixada Fluminense, entre outras coisas afirma: "A Igreja de Nova Iguaçu fez claramente sua opção: pela maioria imensa do povo brasileiro, desde sempre e continuamente marginalizado; pelos nossos escravos modernos, os operários manietados implacavelmente pelo arrocho salarial".



A REBELIÃO E O MOVIMENTO DOS PEÕES DE VOLTA REDONDA

No dia 15 de outubro, uma rebelião de quase três mil peões destruiu o refeitório e incendiou os alojamentos da empreiteira Norberto Oderbrecht, empresa a serviço dos planos de expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda-RJ, provocando ferimentos em mais de 10 operários — dois em estado grave — e prisão de outros cinco, após violentos choques entre os trabalhadores e a polícia, marcado por tiroteios e pancadarias.

A situação de desgasto por parte dos peões, já vinha num crescente, frente aos maus salários e más condições de vida a que estavam submetidos. Dom Valdyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, em carta lida nas paróquias da diocese descreve bem as situações que antecederam a rebelião. Diz ele: "Os peões são apanhados em diversas partes do Brasil onde falta trabalho: Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas, Espírito Santo... É gente trabalhadora e só vieram por causa do trabalho. Não são malandros e nem assaltantes. Na sua maioria, são jovens que querem e procuram trabalho honesto. Todos são pobres. Os que vão buscá-los são os agenciadores que prometem salários de 5 a 6 mil cruzeiros, ótima comida, dizem que é excelente

o alojamento deles. Estes agenciadores, ganham por cada um que conseguem trazer. Ao chegarem aqui, entregam o pessoal no alojamento e desaparecem. Quando esses pobres descobrem que a realidade é um salário que miserável. Uma alimentação péssima e alojamentos desumanos, percebem que foram enganados, iludidos. Mentiram a eles. Há serventes que descontando a comida e INPS recebem de Cr\$ 1.200 a Cr\$ 1.300 por mês. Não muito diferente é a sorte dos carpinteiros, pedreiros e etc."

No dia 15, a situação atingiu seu climax, quando um engenheiro humilhou um operário, provocando tumulto no refeitório. O guarda da Segurança, Abel Araújo, para acabar com a discussão, sacou do revólver e começou a disparar, foi quando o quebra-quebra se efetivou.

Na mesma madrugada, foi convocada uma reunião com todos os peões, a serviço de empreiteiras, 12 mil ao todo, onde foi decretada a greve, e tirada uma comissão eleita pelos próprios peões para encaminhar as reivindicações — aumento de 70%, melhores condições de alimentação e redução do preço das refeições, melhores condições de higiene e alojamento, rescisão de contrato de segurança da RANI e melhores meios de transportes — e cuidar das negociações.

Durante uma semana de greve, os peões viveram um verdadeiro inferno, sob fortes pressões da repressão policial, das manobras das empreiteiras tentando esvaziar o movimento, como o corte de comida, divulgação de notas comunicando falsamente o fim da greve etc. Os peões, por outro lado, receberam todo o apoio, do bispo D. Valdyr, dos Agentes de Pastoral, e das comunidades de base, que organizadas em mutirões conseguiram manter os peões alimentados durante todo o tempo da greve. Foi criada na diocese uma Comissão de Defesa aos Direitos do Peão. O apoio foi total também por parte da oposição sindical.

A tentativa de manobra por parte das empreiteiras se verificou até na assinatura do acordo, quando essas se recusavam a reconhecer a comissão democraticamente eleita pelos peões, para fazê-lo com uma comissão aleatória por elas escolhida, tentando caracterizar o atendimento das reivindicações como uma concessão dos patrões e não como uma conquista dos peões.

Morreram 3 peões no decorrer de todo o movimento, mas essas mortes não foram em vão. Além dos ganhos materiais conquistados, ficam a força de um grupo de trabalhadores mais conscientes e organizados, e a insubstituível alegria da vitória, neste sofrido processo de libertação.

A IGREJA MILITANTE DA AMÉRICA LATINA

Pela primeira vez na história da América Latina, dois clérigos fazem parte do governo de um país no Continente. São eles: Ernesto Cardenal, escritor e poeta, monge trapista, e Miguel d'Escoto, membro da ordem dos padres Maryknoll. Cardenal é ministro da Cultura e d'Escoto é ministro de Relações Exteriores da nova Junta de Governo de Reconstrução Nacional da Nicarágua.

ENCONTRO DE MILITARES EVANGÉLICOS

Realizou-se em Petrópolis, na última semana de novembro, o primeiro Congresso Distrital de homens com encontro de militares evangélicos, do Exército, Marinha, Aeronáutica e Forças Auxiliares, nas igrejas evangélicas de Cascatinha e do centro da cidade. Além do Bispo Metodista Paulo Ayres de Mattos, participaram do certame: Coronel Rufino de Souza Sobrinho, Antonio Rodrigues, Abimael Tabosa de Mello, Antonio Faleiros, Ozoniel Zerbineto, fazendo palestras e conferências. O certame tem como objetivo orientar a juventude sobre o perigo dos tóxicos e entorpecentes, planejamento da família e paternidade responsável, despertar para o evangelismo pessoal como sacerdócio e na sua responsabilidade perante a Igreja e a Sociedade. Preparam-se para a campanha dos 100 mil metodistas. Advertem os organizadores do 1º Congresso Distrital Evangélico que "é necessário de agora em diante seja cada vez mais ativada a campanha de proteção aos jovens brasileiros porque são eles que dentre em breve estarão à frente dos destinos do país, e por isso mesmo não podem ficar expostos aos perigos que os rodeiam hoje em dia, particularmente relacionados ao tóxico".

GRILEIROS E JAGUNÇOS INCENDEIAM CASAS DE TRABALHADORES EM MUCURI

Mais de 300 famílias de posseiros que moram há mais de 20 anos na região dos Córregos das Ostras, das Velhas e Lençóis, distrito de Mucuri, extremo sul da Bahia, estão ameaçadas de morte, com suas casas queimadas pelos capangas de Raphael de Castro, residente em Teixeira de Freitas.

Ele tem apenas 300 alqueires de terra, mas quer tomar mais de 15 mil, na raça e para demonstrar sua força, mandou seus capangas à região do Córrego das Ostras onde derrubaram e queimaram 18 casas com todos os móveis e utensílios que havia dentro, matando porco, galinhas e cachorros, afugentando os posseiros com suas mulheres e crianças que, para não morrer, tiveram que entrar no mato e não mais voltar ao local.

METALÚRGICOS DO PARANÁ

No dia 13 de novembro cerca de 30 mil operários metalúrgicos de diversas empresas do Paraná, entraram em greve reivindicando 85% de aumento sobre todos os salários e piso de Cr\$ 6.520,00.

O delegado do Trabalho reconheceu a greve como legal, por estar sendo realizada de acordo com as normas do Ministério do Trabalho.

Os metalúrgicos denunciaram que diversas empresas estavam utilizando "expedientes estranhos" para obrigar os trabalhadores a voltarem às atividades: fotografar e filmar piquetes; antecipação do dia do pagamento; convite aos funcionários para festas e churrascos de "confraternização entre patrões e empregados"; trancamento de portões para impedir a saída daqueles que aderem ao movimento.

CHESF TAMBÉM EM GREVE

No dia 1º de novembro, em solidariedade aos eletricitários de Recife, mais de dois mil funcionários da CHESF (Cia. Hidrelétrica do São Francisco) entraram em greve por melhores salários e pela estabilidade para as Comissões de Negociações.

Os trabalhadores decidiram que setores essenciais da produção de energia, por exemplo, os que atendem a hospitais, continuariam operando durante o movimento.

No dia 6 de novembro, comprometendo-se a não punir qualquer funcionário, a diretoria da CHESF obteve acordo com os grevistas e a normalização das atividades cedendo às reivindicações dos trabalhadores.

PRESBITERIANOS SE REUNEM PARA DISCUTIR ECUMENISMO E RESPONSABILIDADE SÓCIO-POLÍTICA DA IGREJA

Sob os auspícios do Presbitério Rio-Norte (Região eclesiástica da Igreja Presbiteriana do Brasil), cerca de 50 pessoas, entre pastores, presbíteros, diáconos e leigos, se reuniram no Rio de Janeiro, de 22 a 25 de novembro, para discutir as mudanças por que passa a Igreja Católica e analisar atuação pública da própria Igreja. Foram abordados temas como: "Os católicos e a Bíblia hoje", "A nova imagem de Lutero no catolicismo", "As Igrejas e vida sócio-política do país nos últimos 20 anos" e "O envolvimento social da Igreja segundo o pronunciamento social da Igreja Presbiteriana do Brasil".

O encontro constou de palestras e debates que demonstraram o vivo interesse dos representantes de diferentes comunidades presbiterianas nos temas tratados.

A necessidade das igrejas evangélicas se manifestaram diante dos acontecimentos que vive o país; a importância dos evangélicos modificarem sua visão distorcida de Igreja Católica e a urgente necessidade da Igreja assumir na perspectiva de seu compromisso com Cristo em opção decidida em favor dos pobres e oprimidos, foram algumas das ênfases levantadas pelos participantes.

Participaram do encontro, como palestrantes, o prof. Eliseu Lopes, o Pe. João F. Hauck, o Bispo Metodista D. Paulo A. Mattos e o Rev. Zwinglio Dias, presidente do Presbitério Rio-Norte.

REFORMA PARTIDÁRIA APROVADA

Foi aprovado, em tumultuada sessão, o substitutivo do senador biônico Aderbal Jurema ao projeto da reformulação partidária do governo. O substitutivo foi aprovado por 270 votos da Arena contra 117 do MDB, sendo que 3 emedebistas votaram a favor da aprovação, e, muitos chaguistas e moderados só compareceram ao plenário no final da votação; todos eles ficaram na reserva para prevenir qualquer ameaça do projeto não ser aprovado.

A sessão começou às 21 horas e só acabou depois das 3 da manhã. As galerias ficaram lotadas e dois blocos foram formados: "o bloco do povo" apoiando a oposição e o "bloco do João" apoiando o governo (o "bloco do João" provocou o tumulto nas galerias ao lançar mão contra os oposicionistas de um pó químico com efeito semelhante ao de gás lacrimogênio).

CIMI REPUDIA FUNAI POR EXPULSÃO DE MISSIONÁRIOS LUTERANOS DE POSTO INDÍGENA EM RONDÔNIA

No dia 25.10.79 a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), através do diretor do Parque Aripuanã, formalizou a expulsão do Pastor Roberto Zwetsch e sua esposa Lori Altmann, do Posto Indígena 7 de Setembro, em Roraima, na área dos índios Suruí. O Pastor Roberto e sua família estiveram ali através de um convênio FUNAI - Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB), desde o início do ano passado.

Em nota onde vem a público denunciar o fato, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) afirma que as verdadeiras causas do afastamento do Pastor Roberto e de sua família da reserva, se localizam no fato de eles se terem colocado ao lado dos índios Suruí e dos lavradores, que foram empurrados para a terra dos índios pelo latifúndio. Segundo a mesma nota, índios e colonos foram constantemente enganados com promessas e mais promessas, para a solução de seus problemas, pelos burocratas da FUNAI, do INCRA (Instituto Nacional de Cadastra-

Cai a sublegenda

Um acordo entre o MDB e os dissidentes da Arena garantiu por 52 votos de vantagem a não aprovação da sublegenda. Mas, tudo indica que o Presidente Figueiredo deverá vetá-la.

Os possíveis partidos

O quadro tendencial da formação dos partidos indica para 4 agremiações partidárias, a saber:

1) o sucedâneo da Arena, o "Arenão" (talvez venha a se chamar Partido Democrático Social - PDS) será o partido de apoio do governo, garantindo-lhe a maioria no Congresso. Será o partido dos governadores.

2) o partido independente (ou que nome venha a adotar) encabeçado por Tancredo Neves e Magalhães Pinto, será a "oposição confiável", espécie de partido auxiliar do governo. Fará oposição regional e/ou estadual mas apoiará o governo a nível federal. Conta com os moderados e alguns ades-

tas do MDB, e alguns dissidentes da Arena.

3) o sucedâneo do MDB (talvez se chame Partido Democrático Brasileiro) que agrupa os autênticos, a tendência popular e os chamados "não alinhados".

4) o PTB, do ex-governador Leonel Brizola. Formado por uma gama bastante heterogênea de oposições políticas: desde os petebistas históricos, passando pela social democracia até tendências socialistas.

O Partido dos Trabalhadores, devido as restrições do projeto e a orientação de seus principais líderes, ao que tudo indica continuará enquanto movimento, levando a discussão político-partidária às bases. Daí sua denominação de Movimento pela formação do PT (MPPT).

As conversações e reuniões continuam, o que, se não se alterar este quadro partidário poderá provocar modificações à nível das opções dos parlamentares.

mento e Reforma Agrária), do Governo de Rondônia e pelos políticos, todos interessados em dar, direta ou indiretamente, cobertura ao avanço das empresas capitalistas genocidas (agropecuárias e mineradoras), sobre o povo Suruí e sobre os lavradores.

A respeito se refere o Jornal de Brasília, de 23.10.79: "Atrás de todas estas ameaças contra os índios de Rondônia há um grande interesse, o maior de todos. Rondônia quer ser Estado e para isso deve aumentar a produção, arrecadação e impostos, etc. E os índios não colaboram para isso, melhor dizendo, atrapalham, pois suas grandes extensões territoriais são, de uma forma ou outra, um certo freio para os projetos políticos e econômicos de Rondônia.

O Secretário da Agricultura de Rondônia não falou sozinho (quando sugeriu juntar todos os índios do Território numa só área - espécie de campo de concentração ou zoológico) porque atrás dele encontram-se inúmeros empresários, como os de Mato Grosso, que vão entregar um memorial ao Presidente Figueiredo protestando contra a quantidade de terras indígenas naquele Estado. Eles protestam, por exemplo, que uma comunidade de 200 pessoas ocupe 200 mil hectares, mas esquecem de falar que em Mato Grosso mes-

mo, um só homem ocupa muito mais terra do que qualquer comunidade. Esquecem-se dos latifundiários."

Foi certamente cedendo a essas pressões que o presidente da FUNAI acaba de prorrogar novamente o prazo para a retirada dos colonos da reserva Suruí.

Roberto e Lori assistiram quando as esperanças de solução imediata foram prometidas aos índios há pouco mais de um mês, pelo mesmo presidente da FUNAI. A presença dos missionários se tornou por isso um incômodo que urgia afastar.

A nota do CIMI afirma ainda que em diversas regiões do país, latifundiários, ladrões, grileiros e até bandidos têm entrada franca em áreas indígenas, enquanto indiscutíveis amigos e defensores dos índios são arbitrariamente expulsos.

O CIMI solidariza-se com Roberto e Lori, bem como, com a IECLB, atingidos pela violação do convênio e por uma perseguição injusta, e apoia a continuidade dessa excelente presença junto à comunidade Suruí e junto aos lavradores. Trata-se de uma autêntica presença cristã: libertadora e anunciadora de esperança, em meio a um povo que clama por justiça.

PASTORES LUTERANOS CONTRA A TORTURA

Os pastores do Distrito Sul, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB, reunidos em Conferência Pastoral, na cidade de Canguçu, dia 5 de novembro passado, apresentam sua tomada de posição sobre o caso de violência policial, registrado no hospital de São João da Reserva, em São Lourenço do Sul. A nota tem este texto:

"Na segunda-feira, dia 15 de outubro de 1979, por volta das 14 horas, o Padre Flávio fez sua visita rotineira ao hospital de São João da Reserva, em São Lourenço do Sul, quando encontrou, no quarto 26, uma pessoa de cor, algemada e presa à cama. O mesmo estava ferido numa perna e na cabeça. Relatou que fora maltratado na Delegacia de Furtos e Roubos de Porto Alegre, sendo depois transferido inconsciente até o hospital de São João da Reserva. Soube somente que dois inspetores o trouxe e, pelo padre ficou sabendo onde se encontrava, sendo seu nome Juarez da Silva.

Em seguida, o padre procurou entrar em contato com o pastor Enio Presser, da Igreja Evangélica, para comunicar o fato e resolver qual a decisão a ser tomada. Como o pastor não se encontrava em casa, o Padre Flávio dirigiu-se diretamente ao Juiz, informando-se se o mesmo havia dado ordem de baixa desse cidadão no hospital.

O Juiz nada sabia do caso.

Voltando para casa, o padre novamente foi à casa do pastor e comunicou-lhe o fato. O pastor imediatamente foi ao hospital para, ele mesmo, se inteirar dos fatos. Chegando lá, o quarto já estava vazio, o que significa que o paciente havia sumido.

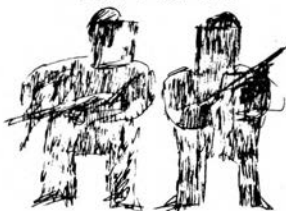
Perguntamos, como Pastores do Distrito Eclesiástico Sul, da Quarta Região Eclesiástica da IECLB, por que um paciente, machucado em Porto Alegre, teve que ser transportado 220 quilômetros para ser atendido?

Conforme notícias veiculadas, principalmente nos jornais Correio do Povo e Jornal do Brasil, o Sr. Juarez da Silva não conta com nenhum precedente policial. E que o mesmo está livre em sua residência, com medo de falar aos repórteres.

Sendo o Sr. Juarez da Silva um ser humano, criado à imagem de Deus, como todo o ser humano, mesmo que talvez ele não tenha conhecimento disso, sendo, neste caso, tarefa de todo o cristão deixar-lhe claro isso, condenamos, como instrumentos do Evangelho,

E NO ABC
PAULISTA...

QUAL É
O CALIBRE
DE SUA
ATITUDE
DISSUASÓRIA?



mais essa atitude de injustiça e desrespeito para com os direitos de vida de cada ser.

A mensagem do Reino de Deus é uma mensagem de amor e de justiça. O Reino de Deus não é algo abstrato e fruto da imaginação, mas algo concreto, que deve acontecer, e de fato acontece, aqui e agora.

Vêmo-nos na obrigação de nos manifestarmos contra mais este ato de violência praticado pela polícia, ou por alguns de seus integrantes, contra o direito de vida de cada ser humano.

Dada a maneira frontal que tal procedimento, entre muitos outros, agride a mensagem do Evangelho, não somente condenamos a violência policial contra as pessoas, como também lutamos pelo direito de defender todos os cidadãos contra decisões e atitudes arbitrárias, que põem em risco seu direito de serem livres e viverem sua vida plena e satisfatoriamente. Por causa desse mesmo Evangelho, também refutamos qualquer ato de cumplicidade na violência por membros de comunidades cristãs, visto que, como cristãos, acima de tudo temos a missão de zelar pelos legítimos direitos da pessoa, a partir do próprio ato criativo de Deus.

Colocamos a vida e o direito de usufruí-la acima de todas as coisas. Não serão poderes e autoridades arbitrárias que tirarão de Deus e seus filhos, o direito de serem livres e praticarem a justiça. Nisso cremos e por isso lutaremos.

Assinam o documento os seguintes pastores:

— Henrique Haller, Bruno Neitzke, Herbert Schulz, Mauri Kappel, Irno Pritigel, Erich Keske, Enio Presser, Donald Nelson, Reinaldo Klumb, Marino Black, Sigmar Reichel, Ronaldo Tessmann, Carlito Gerbert, Erni Dreher; o pastor distrital Douglas Wehmuth e, o pastor regional da IV Região Eclesiástica, Huberto Kirchheim.

A IGREJA E OS PARTIDOS POLÍTICOS

O Bispo de Bauru, D. Cândido Padim, opinando a respeito de partidos políticos, afirmou: "O documento de Puebla distingue a missão da Igreja no campo da política e indica que há em primeiro lugar a missão de iluminar e orientar toda a ordem política a partir de valores cristãos, mas reconhece que a ação política direta através dos partidos políticos deve permanecer dentro da liberdade de ação de todos os cristãos em colaboração com todos os homens de boa vontade."

A partir dessa posição, D. Padim declarou-se contra a formação de um partido que tenha a denominação de "cristão" para que não pareça que a Igreja o apoia oficialmente e que os cristãos não podem apoiar outros partidos.

D. Paulo Evaristo, Arcebispo de São Paulo, sobre a mesma questão afirma: "Minha maior preocupação, neste instante, é que haja no Brasil uma tendência para o reformismo em vez de uma mudança real. Estou temendo que as pessoas estejam querendo aplicar alguns remédios nas situações e não estão vendo que 50% do Brasil estão passando fome, não estão participando, não estão nem querendo saber, nem de partidos políticos, nem de nada. É preciso agora um Brasil novo. Não há dúvida alguma e nós temos chance para isso."

Na ocasião de encontro que teve com o ex-governador Leonel Brizola, quando interrogado por alguns jornalistas que queriam saber se o programa do PTB se coaduna com a Pastoral da Igreja, o Cardeal Arns admitiu que em um aspecto — o da avaliação e organização dos movimentos populares — "talvez o Partido e a Pastoral se aproximem." Mas, explicou o Cardeal: "A nossa pastoral tem três diretrizes básicas: a primeira, a

constituição de comunidades eclesiais de base, para que a prática da vida se desenvolva sob a visão do Evangelho; a segunda, o acompanhamento dos movimentos populares onde os cristãos têm que congrega forças, para que o povo influa realmente na vida do país. Nesse aspecto talvez o PTB e a Pastoral tenham o mesmo objetivo; e, terceiro, é a nossa opção partidária, ou melhor, o fato de não termos uma opção partidária. A Igreja não tem uma opção partidária e realmente não vamos nos pronunciar a respeito da formação de Partidos." Se pronunciando acerca do Partido Comunista, D. Paulo afirmou: "Não apoio o Partido Comunista de jeito nenhum. Pois nunca vi um Partido Comunista no poder, que desse qualquer liberdade de manifestação. Mas, do ponto-de-vista dos direitos humanos, da estratégia da democracia, sou a favor de sua legalização, para deixar que os comunistas se definam, para ver claro no Brasil."

Sobre a criação do Partido dos Trabalhadores, defendida por Lula, disse não poder avaliar da sua oportunidade no momento, embora reconheça que todos os partidos contribuirão para o aprimoramento do processo político do País, mas afirmou que, o povo precisa de um partido para lutar pela reforma agrária, por salários suficientes, liberdade de organização, solução para os marginalizados, um projeto social.

D. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, afirmou: "Não queremos nem o capitalismo nem o comunismo. O que precisamos é de um novo modelo, que valorize a liberdade, o que o comunismo não respeita e permita a utilização social de todos os bens, o que não acontece no capitalismo." No plano da política partidária, D. Ivo se manifesta contra os extremismos tanto de esquerda (legalização do Partido Comunista) quanto de direita (Partidos de extrema direita). Sobre o momento político brasileiro ele afirmou que está claro que "tudo o que vem de cima para baixo não é democracia."

D. Luciano Mendes de Almeida, secretário geral da CNBB, manifestando-se acerca da legalização do P.C., afirmou que "um Partido Comunista leigo, que renuncie às teses marxistas sobre o ateísmo estará aproximando-se do respeito dos valores fundamentais da pessoa humana e, portanto, através desse respeito, habilitando-se a ter um lugar numa nação democrática, salientando a importância da coerência prática com essa disposição."

Falaram...

"Enquanto há uma classe que não quer abrir mão de seus privilégios, há classes que não têm com que viver. O povo está muito sacrificado, é preciso que outros se sacrifiquem".

(D. Luciano Mendes, secretário-geral da CNBB)

"O povo brasileiro é paciente, mas toda paciência tem limites".

(D. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB)

"Quando fiz o relatório sobre São Paulo ao papa João Paulo 2º, lembrei que às vezes nos chamam de comunistas quando estamos com o povo, lutando pela justiça".

(D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo)

"Enquanto houver uma igreja em São Paulo, vamos assegurar ao povo o direito de se reunir".

(D. Mauro Morelli, bispo-auxiliar, substituto de D. Paulo/SP)

"A Igreja em São Paulo continua solidária com a justa luta dos operários".

(Nota dos bispos da arquidiocese/SP)

"A repressão violenta não conduz ao diálogo e impede as manifestações e reivindicações justas".

(D. Luciano Mendes, secretário-geral da CNBB)

"O que é importante é mostrar ao governo que o trabalhador não aceita mais ser instrumento ou capacho da elite".

(Luis Inácio da Silva, Lula, líder sindical)

"O problema fundamental do momento é o da comida para o povo".

(Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco)

"Onde existe muita riqueza, encontra-se também muita pobreza".

(Madre Teresa de Calcutá, Prêmio Nobel da Paz)

"Não queremos nem o capitalismo nem o comunismo".

(D. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB)



Ceilândia, 30 de outubro de 1979

Temos em mãos as duas publicações: "os estudos bíblicos de um Lavrador" e "Populações Indígenas, Aquelas que Devem Viver".

Estive consultando os companheiros daqui que já leram os referidos boletins e todos fizeram uma avaliação positiva, principalmente com referência aos "Estudos Bíblicos de um Lavrador", cujos depoimentos são os seguintes:

"Acho que isto é realmente o Evangelho. São descobertas profundas, feitas por um homem simples, que até onde sei, nenhum teólogo fez ainda, é a palavra de Deus que entrou no homem".

"Vi coisas nestes estudos que nunca vi antes em todos os meus estudos da Bíblia. Aqui a gente percebe melhor quem é um lavrador".

"Eu quase não leio a Bíblia e quando leio não entendo muita coisa, mas o que li neste boletim (porque ainda não li todo) entendi tudo e me tocou profundamente. Acho que é a linguagem ou as

imagens do lavrador que me fizeram entender".

Acho que é como diz o ditado popular: "De onde não se espera é que sai". Há muito tempo vem-se fazendo apelos aos teólogos brasileiros para que eles fizessem teologia brasileira. E é precisamente a classe trabalhadora que começa a fazer teologia brasileira. Acho mesmo Jether, que esta é uma grande lição para todos nós.

Gostamos e estamos planejando utilizar estes estudos nos grupos das quadras. Precisamos, portanto, de mais cópias. Se você puder nos enviar mais 50 cópias, seria bom. E mande a conta.

Aqui deixo um grande abraço a você e a toda equipe de trabalho, com votos de bons sucessos na luta.

Do amigo Almir

Ibirapitanga, 31 de outubro de 1979

Estimada equipe do CEI, quero através desta cartinha, expressar a minha admiração e estimulá-los pelo maravilhoso trabalho de comunicação que vocês vêm dando pra gente, que se dispôs a ser Igreja. Muitas vezes as informações, estudos e notícias chegam com atraso, "mas antes tarde que nunca"!

Agradeço de modo especial os suplementos que estão sendo divulgados por vocês e pediria que

vocês nos mandassem 6 (seis) suplementos nº 25; achei fabuloso e vai nos servir muito para o trabalho de base que estamos começando aqui.

A vocês meu abraço amigo portador de coragem, fé e esperança!

Irmã Olívia

Prezados amigos do CEDI.

A gente é assinante há muito tempo da publicação de vocês. Como a gente escreveu em outras ocasiões, toda a vez que recebemos a revista CEI, a gente lê com satisfação.

A gente e pessoas aqui da comunidade gostamos demais do livrinho "os estudos bíblicos de um lavrador", CEI - suplemento nº 25.

Não sabemos ainda o preço da venda. A gente gostaria receber de vocês uns 100 exemplares.

Não é porque a gente quer chorar à-tôa, mas somos uma comunidade pobre de periferia... por isso a gente pede um desconto, se for possível. Muito obrigado. A gente dá de presente o livrinho ao povo.

pe. Miguel Balestra - cx. p. 18720 - aer. Congonhas - São Paulo

Peço o nome certo da pessoa, de um de vocês, para pagar depois com cheque nominal, que é a for-

ma de pagamento que a gente sempre usa também para a assinatura do CEI. Obrigado

Evangelista, 26 de outubro de 1979

Como gostaria de estar aí para abraçá-los pessoalmente e dizer-lhes, de frente um muito obrigado pela grande obra que vocês estão levando adiante. De fato, Cristo está aí nesta empreendedora ação. A prova de que vocês estão integrados a Ele é comprovarem, pelo que fazem, a fidelidade do que Ele propõe.

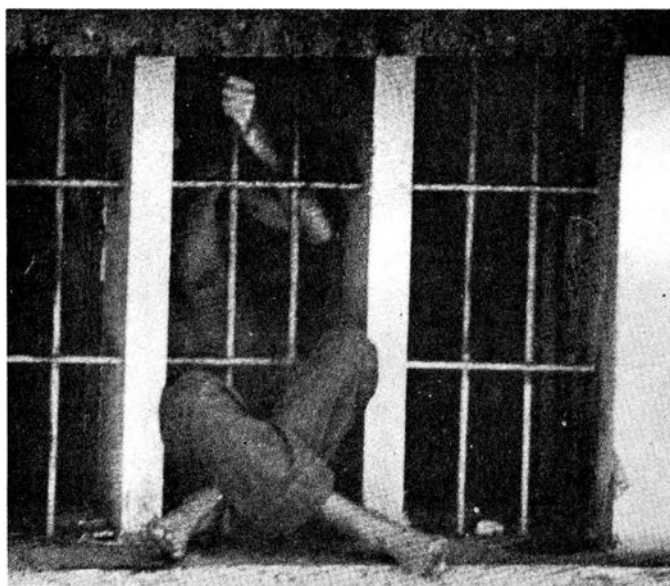
Parabéns, pois, e que sua força jamais esmoreça. O conteúdo e apresentação de suas publicações são um estouro... Não dá para tê-los sem comê-los, digeri-los e tornar-se chão firme encorajando a outros também se tornarem para que sempre mais irmãos compartilhem a alegria de viver e lutar por um mundo novo.

Por favor, enviem-me logo 200 exemplares do Suplemento nº 25 (Os Estudos Bíblicos de um Lavrador). Logo que chegarem farei pagamento por banco (do Brasil) ou por outro se vocês preferirem. Se acharem mais conveniente por reembolso postal também não há problema.

Com minha prece e o meu forte abraço. Seu companheiro de missão

Pe. Nadir L. Zanchet

Vale a pena ler:



O MUNDO DO CRIME A Ordem pelo Averso José Ricardo Ramalho Ed. Graal, 1979

"O crime e a prisão constituem objetos de estudo deste trabalho. Procura-se, no entanto, percebê-los a partir da ótica do próprio criminoso enquanto preso, ponto-de-vista nem sempre considerado legítimo pela sociedade".

Desta maneira o autor define o seu trabalho na introdução do seu livro. Com uma característica inédita na maneira como encaminhou a sua pesquisa este jovem sociólogo escreve um trabalho da maior importância para todos os que pretendem conhecer como é produzido o mundo do crime.

A linguagem é direta e as análises propostas pelo autor superam os limites do academicismo para inserirem-se na busca rigorosa da compreensão dos mecanismos geradores dos "criminosos e delinquentes".

"As características da delinquência e os indícios do crime estão relacionados às características e aos indícios da pobreza. Basta ler os jornais, ouvir rádio ou ver televisão, para perceber uma evidente ligação entre o crime e os grupos sociais mais pobres, em geral componentes da classe trabalhadora" (...). "Na verdade, o reconhecimento do crime está, essencialmente, no fato de estar desempregado, morar na favela,

ser umbandista ou ser analfabeto. São esses os indícios explicitamente admitidos pela sociedade para a identificação do criminoso. A delinquência é, portanto, reconhecida através de atributos dos grupos sociais mais pobres".

Mostrando como os presos produzem na cadeia esta associação entre crime e pobreza o autor evidencia como identificam, em virtude de sinais de pobreza os que entre eles fizeram opção "pelo mundo do crime" e ao assumirem a perspectiva da "recuperação" procuram ao máximo, dentro de suas estreitas possibilidades, cobrir-se com os símbolos da riqueza.

Desta maneira, a pretexto de vigiar o crime dentro e fora da cadeia se exerce a repressão sobre os mais pobres, colocados sempre sob suspeição. A ação da polícia deixa isto bem claro. Sua atividade está voltada acima de tudo para a repressão dos grupos sociais mais pobres.

Não é de hoje que setores da Igreja e da sociedade civil têm denunciado a violência policial em relação às classes mais pobres da sociedade.

Este livro é um rico material para todos os que nas Comunidades de Base e outras Associações Populares procuram compreender como o crime é produzido pela nossa sociedade e o papel que joga a "recuperação", a polícia, o Estado e as prisões.

Este livro, sem nenhuma sombra de dúvida, VALE A PENA LER.

NOVA CONSCIÊNCIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA Ronaldo Muñoz Ed. Vozes, 1979

Teólogo, o autor reuniu e classificou toda a recente literatura proveniente de ambientes católicos relativa à crise da América Latina e orientada em sentido crítico e revolucionário. O interesse vital deste trabalho reside na importância histórica dos documentos que estuda, não tanto talvez pelo valor do conteúdo de cada um deles como por sua convergência e incidência na vida da Igreja latino-americana.

Outro elemento neste trabalho de suma importância é a presença de Deus na história e na política. É a miséria e a injustiça humanas que nos aparecem como um imenso vazio de Deus. É a denúncia que assume caráter de profecia. É

a tarefa política que adquire estatuto teológico, mais do que isto, apresenta-se como atuação da fé e do amor, uma ascética e uma mística.

É como se a doutrina social católica deixasse de ser um programa de políticos e sociólogos para se transformar em vivência apaixonada, interpelando o cristão como um diferente modo de ser. O sociólogo cede o passo ao teólogo, e o político ao revolucionário, ao visionário, ao profeta.

O autor encara a sociedade por um prisma de Igreja desdobrando porém este aspecto: a igreja "estabelecida" e os "grupos cristãos", a continuidade e a ruptura. E prontamente enfrenta, por assim dizer, essas duas visões.

Este trabalho é uma autocrítica feita em nível de fé que permite convencer sem vencer, endireitar sem quebrar, salvar a continuidade da novidade, estimular o pensamento, mobilizar as vontades.

CONJUNTURA NACIONAL Vários Autores Ed. Vozes, 1979

Para quem quiser compreender a nossa conjuntura sócio-política e suas transformações mais recentes este livro é um achado. Escrito em conjunto por vários autores, entre os quais destacamos Alfredo Bosi, Almino Afonso, Chico de Oliveira, Antonio Houaiss, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Lula, etc. o livro

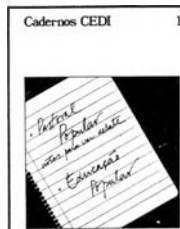
sintetiza o ciclo de debates realizado no teatro Casa Grande entre 17 de abril a 12 de junho de 1978. E cuida de descobrir os temas mais candentes da atualidade: a transição para a democracia, a questão da reorganização partidária, as opções políticas dos empresários, o problema agrário, a política nuclear, a cultura brasileira, a liberdade sindical.

Para os que estão nas bases este livro possibilita uma visão de conjunto e como estes problemas estão sendo debatidos e analisados.

Acaba de sair o nº 4 da revista **Religião e Sociedade**, uma publicação do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER). Este número trata de assuntos específicos aos problemas das Comunida-

des Eclesiais de Base, sobre as comunidades de candomblé da Bahia e as experiências da Igreja em Cuba. Apresenta ainda uma documentação sobre a ida de João Paulo II ao México.

CADERNOS DO CEDI Nºs 1 e 2



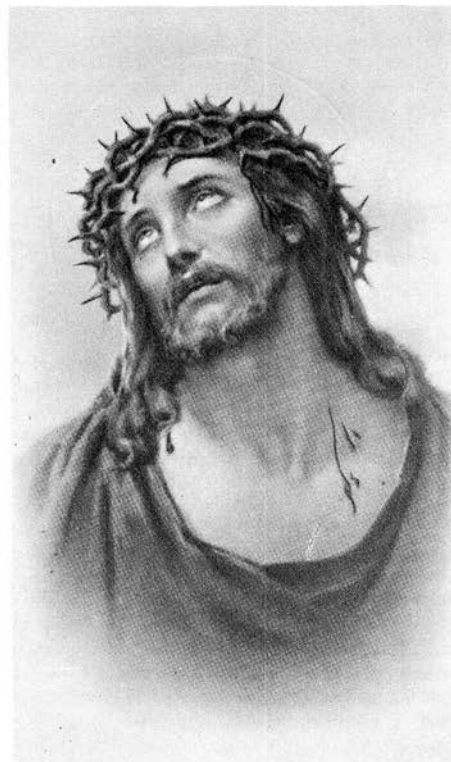
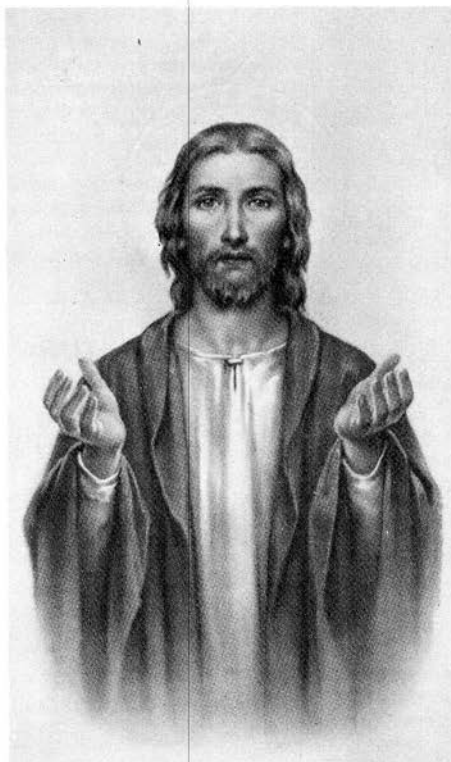
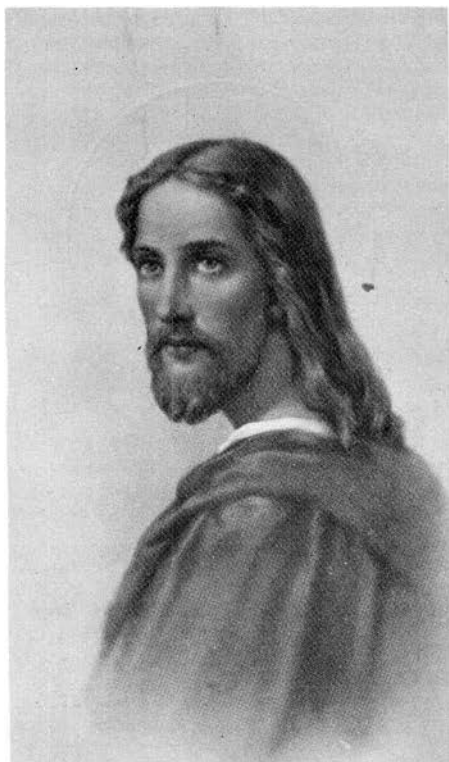
Cadernos do CEDI / 2



Pedidos para Tempo e Presença Editora
Caixa Postal 16.082 - ZC 01
20000 - Rio de Janeiro - RJ.

Jesus de Nazaré: Cristo ou Satã?

Carlos Bravo G.



1. JESUS SATANIZADO

Se alguma coisa fica claramente constatada nos Evangelhos é o trabalho de satanização e desprestígio que os chefes religiosos do povo judeu realizaram contra Jesus. Sem dúvida, um homem como Jesus era perigoso para o status que eles desfrutavam. Mas, daí, não se infere necessariamente, que Jesus seja o errado. O povo vê isso e, comparando, prefere Jesus aos fariseus, porque Ele sim falava com autoridade e não como eles (Mc 1.22-27; 2.12; 12.37...). Sentindo-se assim ameaçados pela pessoa mesma de Jesus, acabaram numa campanha de desprestígio perante o povo para deixá-lo sem apoio e, assim, poder eliminá-lo.

A imagem que seus inimigos apresentam dele, assim como o julgamento que lhe fazem, é impressionante. Entre outras coisas lhe atribuem as seguintes:

É blasfemo: Ele se atribui o poder de perdoar pecados (Mc 2.6-7; Mt

9.3; Lc 5.17-21); sendo homem se diz Deus (Jo 10.24-33); é réu de morte por blasfêmia (Mt 26.65); segundo a lei deve morrer (Jo 19.7).

É amigo de coletores, incrédulos e pecadores: convida a Mateus para ir com Ele e come com ele e seus amigos (Lc 5.30; Mc 2.16; Mt 9.11); fala com a samaritana numa situação social e religiosamente ambígua (Jo 4.9; 17, 27); é considerado comilão e bebedor, amigo de publicanos e pecadores (Lc 7.29-35); é julgado mal pelos fariseus por permitir que a pecadora lhe lave os pés (Lc 7.39); recebe os pecadores (Lc 15.2); vai com Zaqueu (Lc 6.7); julga-se o esbanjador por permitir a unção com perfume (Mt 26.9).

É líder político: Herodes considera a Jesus criança, em Belém, um adversário político e atenta contra a sua vida (Mt 2.2-3); é acusado de enganar as pessoas (Jo 7.12); isso é perigoso porque os romanos destruirão o povo por sua causa (Jo 11.48); é tratado como um bandido (Lc 22.52); é acusado de amotinar o povo, de proibir o pagamento do tributo a César (Lc 23.2-5), também de pretender ser rei dos judeus (Mt



27.11-13; Mc 15.2, 18, 38); crucificam dois bandidos com ele para salientar sua periculosidade (Mc 15.27); isto aparece também quando preferem a Barrabás (Mt 27.21-22); ser seu amigo é ser inimigo do César (Jo 19.12).

Atenta contra a Lei e contra Deus: não guarda o jejum (Mc 2.18; Mt 9.14); viola o sábado (Mc 2.24; Mt 12.2; Lc 6.2); cura no sábado (Mc 1.22-27, 29-31; 3.1-6); cura um leproso tocando-o e fica impuro não podendo mais, portanto, entrar abertamente nas cidades (Mc 1.40-45); come sem levar em conta as prescrições sobre a impureza; ataca a observância farisáica (Mc 7.5; Mt 15.1-2; Lc 11.37-54); faz coisas em sábado e tenta aboli-lo (Jo 5.16-18); não guarda o sábado; Deus não pode ouvi-lo (Jo 9.16); por isso Ele e seus seguidores são excomungados (Jo 9.22, 34); como consequência de atentar contra a Lei, deve morrer (Jo 19.7).

Chama-se a si mesmo Messias; é de Nazaré: não pode ser bom (Jo 1.46); é galileu, pertence à plebe maldita (Jo 7.143-53); o próprio João Batista duvida de sua messianidade, pois não vê os sinais que esperava (Mt 11.2-6); embora dizendo-se Messias e tendo salvado a outros, não pode salvar-se a si mesmo; Deus o abandonou (Lc 23.2, 5, 35, 39; Mc 15.29, 32, 35).

É um louco, samaritano, filho de má fama, suicida (Jo 8.22, 41, 48-52; Jo 10.20; Mc 5.40; Lc 23.10-12; Mt 27.63-64).

É um homem pretensioso. Como pode dizer o que diz se é um simples carpinteiro? (Lc 4.22; Mc 6.3; 42, 52, 60; 7.26-27). Como acredita ter descido dos Céus? Como oferece sua carne para comida? Aceita louvores que não lhe correspondem (Mt 21.16; Lc 19.39); atua no templo sem ter autoridade (Mc 11.28).

Jesus está aliado com os demônios e age pelo poder de Belzebu: expulsa demônios com o poder dos príncipes dos demônios (Mc 3.20-30; Mt 9.32-34; 12.22-32; Lc 11.14-23); está louco com loucura considerada como verdadeira possessão diabólica, da mesma forma que a epilepsia (1) (Jo 7.20; 8.48, 49, 52; 10.20).

Uma vez demonizado religiosa e politicamente, justifica-se a atividade de espionagem e repressão que sobre ele desataram os "guardiões da fé e da ordem". Essa repressão não ficará somente ao nível de ameaças ou planos (Mc 3.6; Jo 5.18; 7.1, 19, 26, 30; 8.20, 37, 40), ou da expulsão da sinagoga (Jo 9.22), ela chegará ao atentado físico de prisão e morte (Lc 4.28-30; Jo 7.32, 44; 10.39; 11.53); à tentativa de apedrejamento por blasfêmia (Jo 8.59; 10.31); às ameaças a seus amigos (Jo 3.2; 7.13, 50-52; 12.10-11; 19.38) e, finalmente, à prisão de Jesus, ao juízo preparado, à condenação e morte ignominiosa como guerrilheiro e como blasfemo (2).

2. MECANISMO DA DEMONIZAÇÃO DE JESUS

A demonização de Jesus nasce de um *sentir agressão e ameaça* contra os interesses e valores nos quais se fundamenta a existência e com os quais se identificam aqueles que se sentem vítimas de Jesus. Não é que Jesus os esteja atacando; Ele os convida a se converterem não a Ele, mas a Deus, um Deus diferente daquele que eles adoram; mas isso é sentido como um ataque que se torna mais grave pelo fato de que as pessoas, atraídas pela autenticidade e coerência da vida e das palavras de Jesus, preferem-no porque Ele fala "como quem tem autoridade e não como os escribas" (Mc 1.22) e que lhes parece uma maneira nova de ensinar (Mc 1.27). Eles, em lugar de se questionarem a si mesmos e avançarem no caminho da conversão como fazia o povo simples que se encontrava com Jesus, sentem-se inquestionáveis em sua autoridade e em sua santidade (Lc 18.11). Não duvidam, de que Jesus e o povo estão errados e não eles (Jo 7.43-55).

Neste fenômeno há uma *confusão entre o essencial e o acidental, e uma perda do sentido do eu*; confunde-se e identifica-se o eu com o que se possui, com o que se pensa, com o que se sente, com o que se faz. Como os fariseus se identificaram com suas posses e privilégios, vão declarar inimigo pessoal a quem vá — ou acreditem ir — contra essas posses e privilégios. A partir do amor ao dinheiro, característico segundo Lucas, dos fariseus, satanizarão a Jesus quando fala da impossibilidade de servir a Deus e ao deus-dinheiro (Lc 16.14). Também o farão a partir da identificação de sua interpretação da Lei com a vontade de Deus.

O que desencadeia a satanização, portanto, é a *perda da segurança* ante a pregação questionadora de Jesus. Os fariseus se sentem atacados naquilo que dá sentido a suas vidas, que estrutura e dá coerência aos seus valores, naquilo em que empenharam a vida: a Lei. Mas deve-se distinguir: aparentemente fundamentaram sua vida na Lei, e no cumprimento dela, mas se assim tivesse sido, teriam sido capazes de descobrir que em Jesus a Lei atingia sua plenitude, o amor, como o fizeram alguns que, esse sim, estiveram abertos à verdade (Mc 12.28-34). Não era a Lei que eles amavam, mas a sua interpretação da Lei. E quando sentiram ameaçada a sua interpretação, satanizaram a Jesus por atacar a Lei, quando o que ele anuncia é a falsa interpretação farisáica que a convertia em instrumento de opressão do homem (Mc 2.18; Jo 5.16-18; 9.16; 19.7...).

Não é o povo que sataniza a Jesus, mas os fariseus e os escribas, que se encontram em *posição de privilégio não questionável* que desejam conservar a qualquer preço. O privilégio é a fonte em que se origina a dinâmica de "conservação do status". A partir dele se joga em favor do passado mais que do futuro, do possuído mais que do risco, da estabilidade mais que da transformação. Por isso, o fariseu não questionará se é Jesus quem tem a razão e não ele; e não aceitando o chamado à conversão pela realidade objetiva de Jesus, fecha a possibilidade de ampliar seu horizonte de verdade. João nos expõe essa atitude a propósito do cego de nascimento. Ele lhes questiona sua cegueira: "Nisto é de estranhar que vós não saibais donde ele é, e contudo me abri os olhos. Sabemos que Deus não atende a pecadores... Se este homem não fosse de Deus, nada poderia ter feito. Mas eles retrucaram: Tu és nascido todo em pecado e nos ensinas a nós? E o expulsaram!" (Jo 9.3-34).

Esse *imobilismo* se disfarça com aparência de bem comum: entra então o mecanismo da *racionalização e sacralização do privilégio*: "Que estamos fazendo, uma vez que este homem opera muitos sinais? Se o deixarmos assim, todos crerão nele; depois virão os romanos e tomarão não só o nosso lugar, mas a própria nação" (Jo 11.47-48). O fariseu e o escriba de sempre raciocinam assim: "Não o faço por mim, mas pela verdade, pelo bem dos outros. Deixar passar esta desordem é abrir a porta a toda desordem futura. Sempre se fez assim e não vamos deixar que inovações sem fundamento ponham em perigo a tradição que sempre deu bom resultado e que é o que Deus mostrou ser sua vontade: a lei... a ordem... a democracia... a segurança..." Então, formulam-se de maneira inflexível as posições para poder condenar sem ambigüidades ao demonizado. Isso acontece quando Nicodemos entra em defesa de Jesus, condenando o julgamento que dele fazem sem ouvi-lo: "Dar-se-á o caso de que também tu és da Galiléia? Examina e verás que da Galiléia não se levanta profeta" (Jo 7.52).

A sacralização da autoridade projetar-se-á estruturalmente na criação de *categorias coletivas* que agem em e a partir de pessoas concretas, e que criam um contexto sócio-político e ideológico que é seu ambiente e seu suporte. Nos Evangelhos, os fariseus e os escribas não têm nome,

salvo algumas exceções (Simão o leproso, Nicodemus); os outros são seres sem nome e formam um grupo solidário que atua como um todo moral movido pelo instinto grupal na defesa dos interesses em que coincidem. Essa defesa, fortalecida estruturalmente, é que tem originado fenômenos históricos como a Inquisição, as guerras religiosas, as conquistas e colonialismos de todo tipo, o nazismo e o fascismo, as perseguições, os regimes de Segurança Nacional.

Nessa situação de privilégio não questionável e sacralização da autoridade, o fariseu, identificado como o 'sagrado' (que maneja como quer, acreditando ser ele o único intérprete autorizado e infalível), atribui-se o papel de *Juiz da verdade*, de critério vivo com o qual deve-se adequar toda outra verdade. Desta identificação entre a VERDADE e sua verdade nasce a defesa violenta contra Jesus, declarado inimigo universal pelo fato de pensar e agir diferentemente. Seu pecado é criticar, denunciar, dissertar, ser diferente; e isso não pode ser perdoado. Tentar-se-á suprimir Jesus deixando-o desprotegido, privado de toda bondade, marcado como contaminante e ameaçador. Por isso Ele será ameaçado, preso e caluniado. O mecanismo da calúnia é típico da satanização: o que Ele diz é mal interpretado, inferem-se consequências que Ele jamais pensou, deforma-se seu pensamento, mente-se inclusive, atribuindo-lhe o que não disse: 'Encontramos este homem pervertendo a nossa nação, negando pagar tributo a César e afirmando ser Ele o Cristo e Rei' (Lc 23.2); 'Este disse: posso destruir o santuário de Deus e reedificá-lo em três dias' (Mt 26.61). Além do mais, negar-se-lhe-á o direito à defesa (Jo 7.50-52), será torturado e, finalmente, eliminado em nome de Deus.

Na realidade, quem está sendo satanizado com isto é Deus, a quem se atribuem intenções homicidas que justificam os ódios e inseguranças humanas. Jesus previra e denunciara isto ao falar do ódio do mundo para com seus discípulos: "Eles vos expulsarão das sinagogas; mas vem a hora em que todo o que vos matar julgará com isso tributar culto a Deus." (Jo 16.2). É impossível sacralizar alguma realidade humana sem satanizar ao Deus verdadeiro, reduzindo-o e tendo-o à mão e em função própria, fazendo dele um ídolo-gendarme, guarda de instituições que fundamentam e conservam os privilégios da minoria.

Isto não nasce de uma consciência adulta mas de uma *regressão infantil* à etapa egocêntrica, ao mundo ditatorial do capricho absoluto. Nas categorias de Berne e Harris (3) é a 'Criança' que assassina e suprime o inimigo a partir do jogo do "você mais". O desmascarar como infantilismo a satanização não é algo novo; o próprio Jesus já o fizera quando recrimina aos judeus sua incoerência para com João Batista e para com Ele mesmo: "Mas, a quem hei de comparar esta geração? É semelhante a meninos que, sentados nas praças, gritam aos companheiros: Nós vos tocamos flautas, e não dançastes; entoamos lamentações e não pranteastes. Pois veio João, que não comia nem bebia e dizem: tem demônio. Veio o Filho do homem, que come e bebe, e dizem: Eis aí um glutão e bebedor de vinho, amigo de publicanos e de pecadores! Mas a sabedoria é justificada por suas obras" (Mt 11.16-19).

A demonização dos fariseus não fica na condenação só da parte deles. Precisam da *solidariedade do povo e das alianças com o poder político e econômico*. Por isso procurarão os herodianos – pessoas desprezíveis para eles por serem colaboracionistas e de raça impura (Mc 3.6; 12.13) – os saduceus e os escribas (Mt 22.34-35); por isso procurarão Pilatos a quem pressionarão inclusive com ameaças políticas para conseguir a sua solidariedade – pelo menos passiva (Jo 19.12-16). Em busca de aliança chegarão inclusive ao grupo de discípulos (Lc 22.1-6).

Não é necessário que a aliança e o apoio sejam críticos, inclusive complica menos se não for. Não lhes interessa que Judas não saiba concretamente seus planos nem que não tenha medido as consequências de sua ação (Mt 27.3-5), nem que o povo saiba as razões pelas quais desejavam matar a Jesus; para eles, é suficiente que gritem juntos ou que simplesmente estejam presentes; nem lhes importa, finalmente, que Pilatos lave as mãos com tanto que condene a Jesus. Com esta cumplicidade do povo e do poder pretendem revestir-se de honorabilidade no momento de apresentar seu inimigo como o inimigo universal. Isto aconteceu também com os profetas: com Amós em seu conflito com o sacerdote Amasias e o rei Jeroboão (Am 7.10-17); com Jeremias repetidas vezes (Jr 11.18-21; 20.7-18; 28.1-17; 37-38).

O *jogo de cumplicidade* contra Jesus, o satanizado, move-se muitas vezes, num *nível de aparente ingenuidade*. Mostrando aparente boa fé pedem a Jesus provas, mas sua *disposição ao diálogo é só aparente* já que, tanto juízes como fiscais rejeitam previamente toda e qualquer prova como verdadeira (Mc 8.11-13; Lc 23.8-11; Jo 2.18-22). E assim é porque satanizam a pessoa mesma de Jesus, totalmente; nada de bom pode haver nele. A satanização é sempre totalizante.

Essa mesma aparente ingenuidade encontra-se nos cúmplices; não

precisam investigar até onde pretende chegar o satanizador (Mt 27.3-5), nem percebem que estão contribuindo muito diretamente para o perigo que ameaça ao satanizado Jesus, e nem que, finalmente, serão cúmplices de sua morte. Porém, sem seu apoio e cumplicidade, a eliminação de Jesus não teria sido possível. É o caso de Judas (Mt 26.3-5; 14-16), cujo arrependimento será inútil tanto para salvar a Jesus como para se salvar a si mesmo. E quando a cumplicidade é consciente, cedo ou tarde converter-se-á ela própria em homicida. Isso aconteceu com Saulo, inicialmente cúmplice passivo contra os cristãos no apedrejamento de Estêvão (At 7.58ss) e posteriormente, perseguidor ativo dos cristãos (At 9.1ss).

Com a satanização, os fariseus pretendem *criar um vazio sócio-político* ao redor de Jesus; privá-lo de toda possibilidade de influência e suprimir-lhe mesmo o poder ideológico. E, uma vez desautorizado (principalmente perante eles mesmos, justificando assim qualquer possível ação contra ele), pretenderão suprimi-lo *protegidos em sua consciência por essa pseudo-justificação ideológica*. Isso é o que faz da satanização uma *instância homicida*. Tal satanização agirá de maneira aberta (espionagem, repressão, ameaças, tortura, violação dos direitos humanos), caso não tenha prejuízos morais contra a violência mas, caso tenha escrúpulos de consciência e para não se sentir culpável de morte, agirá de maneira encoberta, anatemizando, denunciando, desprotegendo o acusado, 'entregando-o ao poder secular'. E como defesa, os autores da satanização farão uma pública confissão de não-violência dizendo que eles não podem matar ninguém (Jo 18.31).

A satanização de Jesus nasce de uma *idolatria* que se propõe como a religião verdadeira e que, como tal, exige submissão incondicional. Sua trindade chama-se 'Lei-Templo-Culto' e, mais concretamente, consiste na interpretação que disto se faz. Jamais poderão aceitar o Deus de Jesus, o Pai que faz dos homens filhos seus, irmãos, família de iguais (4). Mas no fundo, essa idolatria é uma *egolatria*, pois ao identificar seus interesses com os de Deus, reduzem Deus ao âmbito do 'patrimônio familiar e cultural' fechando-o no círculo estreito de suas consciências e situação sócio-religiosa.

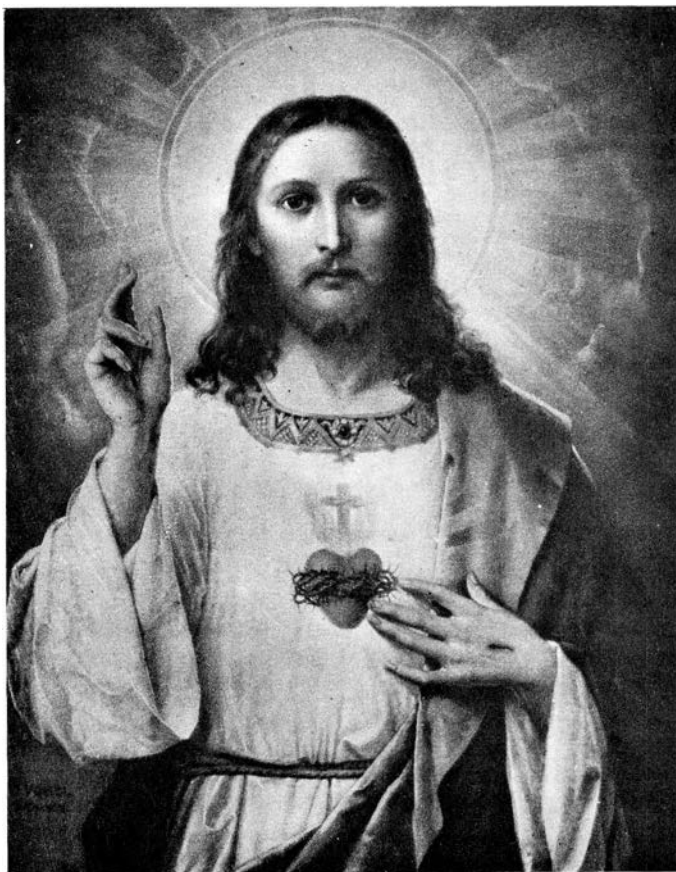
A satanização contra Jesus *não acaba com a sua morte*; inclusive depois continua a campanha de desprestígio. Os sacerdotes e fariseus se apresentam a Pilatos: "Senhor, lembramo-nos de que aquele embusteiro..." (Mt 27.63). E se estende também aos discípulos: "recomendando-lhes que dissessem: Vieram de noite os discípulos dele e o roubaram, enquanto dormíamos" (Mt 28.13).

3. A ATITUDE DE JESUS PERANTE A SATANIZAÇÃO

Inicialmente, Jesus *tenta estabelecer um diálogo esclarecedor* (Mc 2.8-10; 17; 19-22; 25-28); porém sem ingenuidade. Desde o princípio Ele é consciente das poucas possibilidades que tem de ser ouvido (Jo 2.23-25), como de fato acontece já no final do primeiro grupo de controvérsias em Marcos (3.4). E apesar de que o rompimento do diálogo por parte dos fariseus se converte em ameaças no momento mesmo de iniciar sua atividade (Mc 3.6), Jesus não deixará de agir como age, por medo deles (Mt 10.16-18; Mc 1.40-3.6), *nem diluirá seu pensamento* por medo de ser mal interpretado. Ele manterá porém nítida a incisividade e originalidade do que diz (Mt 5.21; 6.24; 23; Mc 7.1-23; 12.38-40; Lc 11.37-52; 20.45-47).

Remete a sua práxis como prova do absurdo da satanização. Reclama dos fariseus o julgamento que dele fazem por causa da cegueira que lhes impede verem nos frutos a bondade da árvore: "Ou fazei a árvore boa e o seu fruto bom, ou a árvore má e o seu fruto mau; porque pelo fruto se conhece a árvore" (Mt 12.33). Se em teoria podem restar dúvidas sobre a sua pessoa, essas acabam perante o objetivo, que são as obras. Esta passagem tem um paralelo em Lucas e que acaba com a frase: "Quem não é por mim, é contra mim; e quem comigo não ajunta, espalha" (Lc 11.14-23; Mt 12.22-37). O contexto da satanização que se faz contra Jesus implica na condenação deste contra os que pretendem construir à margem dele. João é quem mais fala dos sinais de Jesus como prova de sua missão. Como exemplo temos aquela passagem em que os judeus perguntam: "Até quando nos deixará a mente em suspense? Se tu és o Cristo, dize-o francamente. Respondeu-lhes Jesus: Já vô-lo e não credes. As obras que eu faço em nome de meu Pai, testificam a meu respeito... Tenho-vos mostrado muitas obras boas da parte do Pai; por qual delas me apedrejais?" (Jo 10.22-32). A dinâmica homicida da cegueira farisaica expressa-se dramaticamente quando sataniza.

Julga seus satanizadores. Marcos (3.23-30) e Mateus (12.22-37) são uma mesma passagem na qual sobressai claramente a dimensão de relação incondicional para com o reinado de Deus na qual Jesus se



move. Ele não importa; o importante é que acreditem na boa notícia de que o prazo do poder do demônio acabou e que o reino está perto e, assim, mudem de atitudes e relacionamentos (Mc 1.14-15). Os fariseus admitem, pela violência, o poder de Jesus mas o interpretam como obra do demônio. Jesus lhes diz então: suponhamos que seja assim; sinal de que Satanás está dividido e em luta contra si mesmo, portanto, continua sendo verdade o que anuncio: que seu poder já está acabando e que a proximidade do reinado de Deus é iminente. Suponhamos que é verdade que estou endemoniado, porém, ouçam o que anuncio.

Jesus julga a partir desta perspectiva: não é um pecado contra ele, que poderia ser perdoado. Trata-se de um pecado contra o Espírito Santo que consiste, precisamente, na Satanização de Deus, do bem. Que assim se cega ao ponto de confundir bem com mal, fecha-se toda possibilidade de pedir o perdão pois julgará estar agindo corretamente. E usará também de toda a sua força para impedir que o bem se comunique aos outros, dedicando-se para isso a pôr obstáculos para que não se escute o chamado do reino. Isso não tem perdão. "Isto porque diziam: Está possesso de um espírito imundo" (Mc 3.30).

Julga-os como irresponsáveis, pessoas sem critério, que vivem no infantilismo do capricho (Mt 11.16-19). São pessoas que não se podem sentir comprazidas a não ser que tudo seja feito segundo os seus caprichos. Por trás de sua atitude existe, de fato, uma defesa velada de seus próprios interesses, e uma irresponsabilidade criminal que se converterá em cumplicidade no momento da condenação à morte.

Como conclusão, adverte-os de que tudo isso terminará em condenação definitiva se eles não mudam: "Porque se não crederes que eu sou morrereis nos vossos pecados" (Jo 8.24). "Mas aquele que me negar perante os homens também eu o negarei diante do meu Pai que está nos céus" (Mt 10.33).

Assume atitudes de prudente clandestinidade: O "segredo messiânico" que pede diante dos milagres tem como uma de suas finalidades evitar, ou pelo menos retardar, a satanização (Mc 1.34; 4.4-5; 3.12; 7.33-36; 8.23-26; 9.25). As próprias parábolas parecem ter essa finalidade, pelo menos como apresentadas por Marcos (5): que aqueles que procuram armar-lhe ciladas para satanizá-lo não tenham com que se pegar como pretexto e, ao mesmo tempo, deixa uma porta aberta para aqueles que estão inquietos com sua mensagem.

Essa mesma atitude aconselha a seus discípulos: "Não deis aos cães o que é santo, nem lanceis ante os porcos as vossas pérolas, para que não

as pisem com os pés e, voltando-se vos dilacerem" (Mt 7.6). E isso mesmo aconselha fazer quando os satanizem em alguma cidade e não os recebam: "sacudir o pó de seus pés como testemunho contra eles para o dia do juízo" (Mt 10.14; Mc 6.11).

Em vários momentos Jesus *decide fugir* e escapar dos judeus que atentam contra a sua vida (Lc 4.28-30, início de sua missão); (Jo 7.1; 8.59; 10.39; 11.54; Mc 11.11-19). Betânia será também o lugar de refúgio durante a tensão da tomada do templo nos últimos dias de sua vida (Mc 11.11-19; 13.1-3; 14.3). Essa marginalização em relação com Jerusalém é clara desde o começo de seu ministério quando, devido à prisão de João Batista, Jesus decide começar a pregar e se afasta do centro indo para a Galiléia. É um *processo de marginalização* geográfica, religiosa e social que se concretizará na preferência pelos pobres e marginalizados, no partilhar da impureza do leproso, no ter que ficar fora das cidades, na fuga a terras pagãs para que ninguém possa achá-lo, culminando na morte nos arredores de Jerusalém como marginalizado do âmbito da salvação. (Momentos críticos dessa marginalização que muitas vezes se converte em clandestinidade são: Mc 1.45; 3.6-7; 4.1-25; 7.24; 11.11; 13.2, 14; Lc 4.28-30; Jo 7.1; 8.59; 10.39).

Enfrenta abertamente a seus inimigos para desmascarar suas intenções.

Exige razões e lhes faz ver o absurdo da satanização que está sofrendo; assim desideologiza seus argumentos deixando-os sem autoridade (Mc 3.20-30; Mt 12.22-35; Jo 10.32).

Desmascara-os em público deixando patente suas intenções homicidas: (Jo 7.19; 8.37). Isto representa proteção para ele, pois o povo está com ele e os judeus devem afirmar em público que não pretendem matá-lo, o que retardará o assassinato até o momento em que um dos seus próprios discípulos o trair.

Denuncia-os (Mt 23; Mc 10.42-45; 12.38-40) e previne o povo contra eles e contra o mal que podem fazer desviando-os das verdadeiras dimensões do Reino.

Enfrenta-os: "Ide dizer a essa raposa..." (Herodes) (Lc 13.32); reclama: "Se falei mal, dá testemunho do mal..." (Jo 18.23); questiona a desonestidade de Pilatos: "Vem de ti mesmo esta pergunta ou to disseram outros a meu respeito?" (Jo 18.34) e não oculta aos fariseus o seu julgamento sobre eles: "Se fôsseis cegos, não teríeis pecado algum; mas, porque agora dizeis: nós vemos, subsiste o vosso pecado." (Jo 9.39-41).

(1) *"existamai": Estar fora de si. Não ser dono de si mesmo por encontrar-se fortemente excitado, padecer da mente.* (Cf. ZERWICK, An. phil NT). *Também as doenças consideravam-se produzidas pelos demônios, particularmente aquelas que levavam à destruição da personalidade do homem e que hoje se incluem entre as doenças psíquicas, como os casos graves de epilepsia*" (BLANK J., *Jesus de Nazaret*, Ed. Cristianidad, Madrid 1973, p. 84).

(2) *Sobre a dimensão política da morte de Jesus (fora o motivo religioso da blasfêmia), cf. MOLTSMANN, El Dios crucificado, Ed. Sígueme, Salamanca, pp. 178-206; GONZALEZ FAUS, La humanidad nueva, Actualidad teológica española, Madrid 1974, pp. 123-136; BOFF L., Jesus Cristo libertador, Ed. Vozes Ltda, Petrópolis 1972 pp. DUQUOC CH., Jesus hombre libre; Ed. Sígueme, Salamanca, pp. 67-76; SOBRINO J., Cristología desde América Latina, Ed. CRT, México, 1977, 2ª edição, pp. 171-184.*

(3) *BERNE, E., Os jogos da vida, Ed. Artenova, 1977. HARRIS T., Eu estou ok você está ok, Ed. Artenova, 1977.*

(4) *Os primeiros a considerá-lo satanizado foram os seus parentes e o motivo alegado em Marcos é: "A multidão afluía de tal modo que podiam comer. E quando os parentes de Jesus ouviram isto, saíram para o prender porque diziam: Está fora de si (Mc 3.20-22). A razão da acusação é sua entrega tão incondicional que não lhe sobra tempo para si: isso só pode fazê-lo um louco, um possesso. A satanização de Jesus se torna oficial e atinge seu ponto culminante na boca dos chefes religiosos expressamente vindos de Jerusalém para assumir posição oficial contra o galileu Jesus. Não podem negar a ação de Jesus contra o mal, contra o demônio; mas tentarão desvirtuá-la perante o povo atribuindo esse poder a uma aliança com o príncipe dos demônios. Isto é impressionante: que supostamente em nome de Deus satanize ao próprio Deus.*

(5) *A oposição já existe (2.23; 3.1, 20) assim como o perigo de um messianismo equivocado. Por isso não propõe tudo em público; quem esteja preparado, que pergunte. Prudente clandestinidade para não expor à ruína a obra incipiente. MATEUS - SCHOEKEL Nuevo Testamento, Ed. Cristiandad, Madrid 1974. Nota a Mc 4.10.*

Pastoras e pastores evangélicos repudiam violência policial em São Paulo



Somos Ministros da Palavra de Deus e servos dessa mesma Palavra. Trazemos as marcas de um sentir diário e constante com a Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, que se expressa nas celebrações de templos e casas de oração — centro comunitário nos quais se concretiza o “onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome eu estarei no meio deles”.

Por isso defendemos um lugar Sagrado como centro desta expressão celebrante na qual está presente o Espírito Santo de Deus;

— defendemos um lugar Sagrado onde o homem é acolhido à espera da Palavra que se faz viva na comunhão de todos;

— defendemos a inviolabilidade do templo em qualquer momento em que pessoas aí se reúnem;

Bispo Paulo Ayres de Mattos
Domicio Pereira Mattos
Delio de Souza
Cenildo Soares da Silva
Francisco de Paula Pereira de Souza
Joãozinho Thomás de Almeida
Vicente de Souza
Anizio Alexandrino Corta
Josué de Oliveira
Carlos Alberto Correia da Cunha
José de Aguiar Vallin Filho
Cyro Cormock
Jovan Osias Laurindo

Uriel Teixeira
Manoel Horacio da Silva
David Ortigoza Mora
Wilson Guerreiro
Felipe Pereira Mesquita
Sonia Ely Brum
Zwinglio Mota Dias
Oziel Gomes
Aerton Tavares de Azeredo
Ferdinando Pereira Coelho
Luiz Machado Morais
Jessé Esquerdo
Paulo Schutz

e professamos que — sejam quais forem as razões que reúnem pessoas num lugar Sagrado — estarão sempre sob a proteção de um poder salvador para todos os homens.

Estranhamos que esse direito — o sagrado direito de asilo, criado e respeitado em épocas bem mais negras da história humana e mesmo em 15 anos de forte repressão em nossa Pátria — tenha sido tão covarde e violentamente quebrado.

Queremos expressar nossa indignação ante a violência policial exercida contra pessoas indefesas que se encontravam no dia 6 de novembro de 1979 no interior da Igreja Nossa Senhora do Socorro em São Paulo.

Queremos afirmar nossa solidariedade com os trabalhadores vítimas desse ato inadmissível de violência e nossa decisão de perseverar na luta pela justiça que o Evangelho nos determina.

Rui Josquilberg
Samuel Brum
Joel Dias da Silva
Maximiano Mendes
Ari Guedes Cunha
Joana d'Arc Meirelles
Elias Medeiros
Mozart João de Noronha Melo
Edson Pinheiro
Sergio Paulo da Silva
Ciro Figueiredo
Waltemir Graça Melo Pereira
Sidney Jorge de Carvalho